

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

ÍNDICE

1. Introdução	4
2. Base Legal	5
2.1. Interpretação e Aplicação da Política	5
3. Governança e Responsabilidade	6
3.1. Diretoria de PLD/FTP	6
3.2. Alta Administração	8
3.3. Colaboradores e Aplicabilidade da Política	9
3.4. Tratamento de Exceções	11
3.5. Sanções	12
4. Abordagem Baseada em Risco nas Atividades da Gestora	12
4.1. Serviços Prestados	14
4.1.1. Abordagem Baseada em Risco	14
4.1.2. Atuação e Monitoramento	15
4.2. Produtos Oferecidos	15
4.2.1. Abordagem Baseada em Risco	16
4.3. Canais de Distribuição	17
4.4. Clientes (Passivo)	18
4.4.1. Relacionamento Comercial Direto com os Clientes	18
4.4.2. Classes Exclusivas	19
4.4.3. Inexistência de Relacionamento Comercial Direto com Clientes	19
4.4.4. Processo de Cadastro	22
4.4.5. Abordagem Baseada em Risco	28
4.4.5.1. Atuação	31
4.4.5.2. Clientes Diretos que sejam Classes Alocadoras	33
4.5. Prestadores de Serviços Relevantes	34
4.5.1. Prestadores de Serviços dos Produtos	36

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

4.5.1.1. Prestadores de Serviços dos Produtos que não possuam relacionamento comercial direto com os investidores.....	36
4.5.1.2. Prestadores de Serviços dos Produtos que possuam relacionamento comercial direto com os investidores.....	37
4.5.2. Fluxograma resumo	38
4.5.3. Abordagem Baseada em Risco.....	39
4.5.4. Atuação.....	42
4.6. Agentes Envolvidos nas operações, Ambientes de Negociação e Registro.....	43
4.6.1. Processo de Identificação de Agentes Envolvidos.....	44
4.6.2. Monitoramento: Controle do Preço dos Ativos e Valores Mobiliários Negociados	48
4.6.3. Abordagem Baseada em Risco.....	51
5. Avaliação Interna de Risco no Âmbito das atividades da DTVM	54
6. Comunicação	55
7. Políticas de Treinamento.....	58
8. Prevenção do Financiamento ao Terrorismo e do Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa	60
8.1. Conheça Seu Parceiro/Terceiro (“KYP”)	60
8.2. Identificação de Beneficiários	61
8.3. Pessoas Expostas Politicamente (“PEP”)	61
8.4. Monitoramento Sistêmico	62
8.4.1. Cumprimento de Sanções Impostas por Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas.....	63
8.4.2. Registro de Operações.....	64
8.4.3. Regras e Parâmetros de Atuação na DTVM.....	65
9. Testes de Aderência e Indicadores de Efetividade no Âmbito das empresas Galapagos	66
10. Avaliação de Efetividade no Âmbito das Atividades da DTVM	69
11. Relatório Anual.....	71

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

12. Histórico de Atualizações..... 72

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

1. Introdução

A presente Política estabelece as diretrizes adotadas pelas empresas da **Galapagos Capital e Galapagos Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** (“DTVM” para a prevenção, detecção, análise e reporte de eventos suspeitos de lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e financiamento da proliferação de armas de destruição em massa (“LDFTP”) e outras atividades suspeitas, visando a ajudar a Galapagos a identificar, monitorar e mitigar os riscos regulatórios e reputacionais associados a LDFTP, bem como estabelece os requisitos para o cadastramento de clientes e demais partes aplicáveis, nos termos aqui previstos.

A prevenção da utilização dos ativos e sistemas das empresas Galapagos para fins ilícitos, tais como crimes de “lavagem de dinheiro”, ocultação de bens e valores e financiamento ao terrorismo é dever de todos os colaboradores das empresas Galapagos, incluindo sócios, administradores, funcionários e estagiários das Empresas Galapagos. Esta política se aplica também a terceiros, acionistas, stakeholders e às agências dependências ou subsidiárias no exterior (“Colaboradores” ou “Colaborador”).

Em relação à Galapagos DTVM, consideram-se Colaboradores, além das pessoas previstas no parágrafo acima, as pessoas diretamente ligadas à instituição financeira no que tange os seus investimentos pessoais, sendo certo que, para fins desta política, estão abrangidos os investimentos em: (i) ações; (ii) derivativos (futuros, swaps, termos e opções); (iii) debêntures; (iv) Commercial Papers; e (v) Certificados de recebíveis imobiliários e agrícolas. Além disso, a DTVM deve submeter esta Política aos seus assessores de investimentos e demais prepostos vinculados, bem como às regras, aos procedimentos e aos controles internos estabelecidas nos termos da Resolução CVM 50, bem como monitorar essa observância.

2. Base Legal

- (i) Lei nº 12.683/12 Banco Central de 03 de março de 1998;

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

- (ii) Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 50, de 31 de agosto de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 50");
- (iii) Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 21")
- (iv) Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 175");
- (v) Ofícios e deliberações da CVM a respeito das matérias aqui tratadas; e
- (vi) Guia PLD/FTP da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("Guia Anbima" e "Anbima");
- (vii) Circular do Banco Central do Brasil ("BACEN") nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, conforme alterada ("Circular BACEN 3.978"); e
- (viii) Circular do Banco Central do Brasil ("BACEN") nº 3.978, de 23 de janeiro de 2020, conforme alterada ("Circular BACEN 3.978"); e
- (ix) Carta Circular do BACEN nº 4.001, de 29 de janeiro de 2020, conforme alterada ("Carta Circular BACEN 4.001");

2.1. Interpretação e Aplicação da Política

Para fins de interpretação dos dispositivos previstos nesta Política, exceto se expressamente disposto de forma contrária: (a) os termos utilizados nesta Política terão o significado atribuído na Resolução CVM 175; (b) as referências a Fundos abrangem as Classes e Subclasses, se houver; (c) as referências a regulamento abrangem os anexos e apêndices, se houver, observado o disposto na Resolução CVM 175; e (d) as referências às Classes abrangem os Fundos ainda não adaptados à Resolução CVM 175.

As disposições da Política são aplicáveis aos Fundos constituídos após o início da vigência da Resolução CVM 175 e aos Fundos constituídos previamente a esta data que já tenham sido adaptados às regras da referida Resolução. Com relação aos Fundos constituídos antes da entrada em vigor da Resolução CVM 175, as Gestoras e os Fundos permanecerão observando as regras da Instrução CVM nº 555, de 17 de dezembro de 2014, conforme alterada ("Instrução CVM 555"), e de outras instruções aplicáveis às diferentes categorias de Fundos sob gestão, especialmente, no que diz respeito às responsabilidades e atribuições das

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

Gestoras, enquanto gestoras da carteira dos Fundos, até a data em que tais Fundos estejam adaptados às disposições da Resolução CVM 175.

3. Governança e Responsabilidade

A estrutura de governança de cada uma das empresas Galapagos Capital para assuntos relacionados à PLDFTP - não obstante o dever geral e comum imposto a todos os Colaboradores quanto à atenção ao tema - é composta pelo respectivo Diretor de PLD de cada uma das empresas Galapagos (abaixo definido), pela Alta Administração (abaixo definida) e pelos respectivos Comitês de Compliance, Risco e PLD.

Ademais, as empresas Galapagos Capital adotam como metodologia de governança e cumprimento das disposições da presente Política, bem como da regulamentação que trata de PLDFTP, uma sistemática própria para garantir o fluxo interno de informações, e realiza periodicamente avaliações internas de risco de LDFTP, nos termos desta Política.

3.1. Diretoria de PLD/FTP

O principal responsável pela fiscalização da presente Política é o respectivo diretor nomeado por cada uma das empresas Galapagos Capital como responsável pelo cumprimento das normas estabelecidas pela Resolução CVM 50 e Circular BACEN 3.978, conforme aplicável, em especial, pela implementação e manutenção desta Política ("Diretor de PLD"), o qual contará com o apoio de Colaboradores integrantes da Equipe de PLD de cada uma das empresas Galapagos Capital, que, dentre outras atribuições, também realizam atividades relativas à PLDFTP, os quais são devidamente treinados, atualizados e possuem conhecimento compatível com a sua respectiva função, sendo as respectivas equipes adequadas ao porte das empresas Galapagos Capital e totalmente autônomas e independentes das áreas de negócios ("Equipe de PLD").

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

A Diretoria de PLD das empresas Galapagos Capital, que deverão agir com probidade, boa fé e ética profissional, empregando, no exercício de suas funções, todo cuidado e diligência esperados dos profissionais em sua posição, terá amplo, irrestrito e tempestivo acesso a qualquer informação relacionada à atuação das empresas Galapagos e dos Colaboradores para os quais exerce o cargo de Diretor de PLD, possibilitando, dessa forma, que os dados necessários para o exercício de suas atribuições e dos demais Colaboradores das Equipes de PLD, especialmente no que tange ao efetivo gerenciamento dos riscos de LDFTP relacionados à esta Política, possam ser utilizados de forma eficaz e tempestiva.

Neste sentido, as empresas Galapagos Capital não poderão restringir o acesso do seus respectiva Diretoria de PLD a qualquer dado corporativo, mesmo que pautada em questões de sigilo legal e/ou comercial, ou demais restrições legais, tais como eventos no âmbito da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais" ou "LGPD"), ou decorrentes das próprias normas aplicáveis às empresas Galapagos relativas à eventual necessidade de segregação de atividades (*chinese wall*).

Por fim, na hipótese de impedimento de Diretor de PLD por prazo superior a 30 (trinta) dias, respectiva Gestora deverá indicar substituto para assumir a referida responsabilidade, devendo a CVM ser comunicada no prazo de 7 (sete) dias úteis contados da ocorrência.

Ademais, as Equipes de PLD, em conjunto e sob responsabilidade final da Diretoria de PLD de cada uma das empresas Galapagos, possui como função e competência conforme respectivas responsabilidades, sem prejuízo de outras indicadas ao longo desta Política, para:

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

- (a) Implementar e manter esta Política devidamente atualizada, observando a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio das empresas Galapagos, de forma a assegurar a sua eficácia e o efetivo gerenciamento dos riscos de LDFTP;
- (b) Desenvolver e aprimorar as ferramentas e sistemas de monitoramento de operações ou situações suspeitas previstas nesta Política;
- (c) Promover a disseminação da presente Política e da cultura de PLDFTP para seus Colaboradores, inclusive por meio da elaboração de programas de treinamentos periódicos e de conscientização dos Colaboradores;
- (d) Fiscalizar o cumprimento desta Política por todos os Colaboradores;
- (e) Interagir com os órgãos e entidades de regulação e autorregulação sobre o tema de LDFTP, conforme o caso e necessidade;
- (f) Avaliar a oportunidade de iniciar e/ou manter o relacionamento com determinados clientes e prestadores de serviços que apresentem considerável risco de LDFTP;
- (g) Analisar as informações coletadas, monitorar as operações suspeitas e apreciar as ocorrências das operações que venham a ser reportadas pelos Colaboradores, bem como providenciar a efetiva comunicação aos órgãos competentes;
- (h) Coordenar ações disciplinares a Colaboradores que venham a descumprir com os procedimentos de PLDFTP;
- (i) Monitorar todos os investimentos dos seus colaboradores, a fim de, mitigar possíveis conflitos operacionais; e
- (j) Elaborar relatório anual relativo à avaliação interna de risco de LDFTP de cada uma das empresas Galapagos, a ser encaminhado para os órgãos da Alta Administração.

3.2. Alta Administração

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

A Alta Administração das empresas Galapagos Capital, composta por todos os seus [diretores estatutários / diretores regulatórios / Comitê Executivo] ("Alta Administração"), terá as seguintes responsabilidades e deveres:

- (a) Aprovar a adequação da presente Política, da avaliação interna de risco, assim como das regras, dos procedimentos e dos controles internos das empresas Galapagos no tocante à PLDFTP;
- (b) Estar tempestivamente ciente dos riscos de conformidade relacionados à LDFTP;
- (c) Assegurar que a Diretoria de PLD tenha independência, autonomia e conhecimento técnico suficiente para o pleno cumprimento dos seus deveres, assim como pleno acesso a todas as informações que julgarem necessárias para que a respectiva governança de riscos de LDFTP possa ser efetuada;
- (d) Assegurar que os sistemas das empresas Galapagos Capital de monitoramento das operações atípicas estão alinhados com as definições e os critérios de abordagem baseada em risco previstos nesta Política, assim como podem ser prontamente customizados na hipótese de qualquer alteração na respectiva matriz de riscos de LDFTP; e
- (e) Assegurar que foram efetivamente alocados recursos humanos e financeiros suficientes para o cumprimento dos pontos anteriormente descritos.

A Alta Administração deverá se comprometer integralmente com os termos, diretrizes e obrigações presentes nesta Política e na regulamentação de PLDFTP, garantindo, ainda, que tal compromisso se estenda a todas as áreas das empresas Galapagos, com especial destaque àquelas com relacionamento comercial direto com clientes e operações que tenham maior potencial de LDFTP.

3.3. Colaboradores e Aplicabilidade da Política

Esta Política é parte integrante das regras que regem a relação societária, de trabalho ou contratual, conforme o caso, dos Colaboradores, os quais deverão firmar o termo

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

de recebimento e compromisso constante do Anexo I à esta Política ("Termo de Recebimento e Compromisso"). Por esse documento, o Colaborador reconhece e confirma a leitura, o conhecimento, compreensão, concordância e adesão aos termos desta Política e às normas e procedimentos aqui contidos. Periodicamente, poderá ser requisitado aos Colaboradores que assinem novos Termos de Recebimento e Compromisso, reforçando o seu conhecimento e concordância com os termos desta Política.

Esta Política e todos os demais materiais informativos e diretrizes internas poderão ser consultadas pelos Colaboradores da Galapagos Capital por intermédio de acesso ao sistema interno das empresas Galapagos Capital, e quaisquer dúvidas deverão ser dirimidas junto à Equipe de PLD.

O descumprimento, suspeita ou indício de descumprimento de quaisquer das normas e procedimentos estabelecidos nesta Política ou das demais normas relativas à PLDFTP aplicáveis às atividades das empresas Galapagos Capital deverão ser levadas para apreciação dos respectiva Diretoria de PLD da Galapagos Capital. Competirá ao Diretor de PLD das empresas Galapagos Capital aplicar as sanções decorrentes de tais desvios, prevista no item 3.5, garantido ao Colaborador amplo direito de defesa.

Neste sentido, é dever de todo Colaborador informar a Equipe de PLD das empresas Galapagos Capital na qual presta atividades sobre violações ou possíveis violações das normas aqui dispostas, de maneira a preservar os interesses das empresas Galapagos Capital e de seus clientes em relação à regulamentação de PLDFTP. Caso a violação ou suspeita de violação recaia sobre o próprio Diretor de PLD, o Colaborador deverá informar diretamente a Alta Administração, que realizará a análise da ocorrência e aplicação das sanções decorrentes de eventuais desvios, garantido ao respectivo Diretor de PLD amplo direito de defesa.

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

Por fim, a Galapagos Capital na figura das suas áreas de RH e *compliance* busca conhecer e monitorar seus Colaboradores quando da contratação destes e posteriormente de forma contínua, e ficará atenta ao comportamento dos seus Colaboradores, de modo a detectar e subsequentemente relatar quaisquer atividades suspeitas, tais como ações e condutas significativamente discrepantes com o padrão de vida do Colaborador, sendo certo que as empresas Galapagos Capital contarão com o apoio dos superiores hierárquicos responsáveis por cada área para este acompanhamento e monitoramento.

Adicionalmente, anualmente, as Equipes de PLD, juntamente com o departamento de recursos humanos, aplicam o formulário *“Conheça Seu Funcionário”*, visando identificar mudanças repentinas do padrão econômico dos Colaboradores, através do aumento atípico de patrimônio.

As questões relevantes decorrentes do monitoramento feito nos Colaboradores poderão receber investigação específica pelas Equipes de PLD e, se apropriado, comunicadas ao Diretor de PLD e, em sendo o caso, comunicadas ao regulador e/ou autoridades competentes.

3.4. Tratamento de Exceções

Poderá haver circunstâncias atenuantes e/ou casos em que já existam controles mitigantes ou nos quais seja possível demonstrar um motivo legítimo – referente a um determinado cliente, uma divisão, pessoa jurídica ou unidade de negócios em particular – na solicitação de exceção às normas de PLDFTP definidas nesta Política.

Eventuais solicitações de exceção devem ser amplamente documentadas e justificadas, as quais dependerão da avaliação e manifestação do Diretor de PLD sobre a questão, e validação final pela Alta Administração.

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

3.5. Sanções

A Galapagos não assume a responsabilidade de Colaboradores que transgridam a lei ou cometam infrações no exercício de suas funções.

Neste sentido, conforme mencionado acima, a Diretoria de PLD poderá aplicar sanções aos Colaboradores em decorrência de descumprimentos das normas relativas à PLD previstas nesta Política.

Os Colaboradores, desta forma, estarão sujeitos, entre outras, às penas de advertência, suspensão, desligamento, exclusão ou demissão por justa causa, conforme o regime aplicável, sem prejuízo de eventuais outras medidas adicionais no âmbito cível (incluindo o direito de regresso) e criminal que se fizerem cabíveis.

4. Abordagem Baseada em Risco nas Atividades da Gestora

Nos termos da Resolução CVM 50, as Gestoras devem, no limite de suas atribuições, identificar, analisar, compreender e mitigar os riscos de LDFTP inerentes às suas atividades desempenhadas no mercado de valores mobiliários, adotando uma abordagem baseada em risco ("ABR") para garantir que as medidas de prevenção e mitigação sejam proporcionais aos riscos identificados e assegurando o cumprimento da referida instrução e das demais disposições e diretrizes regulatórias e autorregulatórias de PLDFTP.

Desta forma, as Gestoras deverão, nos limites da sua atribuição, classificar em baixo, médio e alto risco de LDFTP, observada as métricas descritas nesta Política, todos os:

- (a) Serviços Prestados (Item 4.1)
- (b) Produtos Oferecidos (Item 4.2)
- (c) Canais de Distribuição (Item 4.3)
- (d) Clientes (Item 4.4)

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

- (e) Prestadores de Serviços Relevantes (Item 4.5)
- (f) Agentes Envolvidos nas operações, Ambientes de Negociação e Registro (Item 4.6)

A Galapagos Capital, por meio das Equipes de PLD e de seus Diretores de PLD, monitorarão a adequação dos critérios utilizados nesta Política para a definição e classificação da sua ABR, a partir (i) do acompanhamento constante da regulamentação e autorregulação, (ii) dos testes de aderência e índices de efetividade, (iii) da avaliação do impacto às definições aqui previstas em razão de eventuais novos serviços prestados, produtos oferecidos, canais de distribuição, clientes, prestadores de serviços, agentes envolvidos nas operações, e novos ambientes de negociação e registro, bem como (iv) da avaliação do impacto de rotinas das Gestoras relacionadas aos deveres de observância de outros normativos, tais como em relação ao normativo que trata sobre condições artificiais de demanda, oferta ou preço de valores mobiliários, manipulação de preço, operações fraudulentas e práticas não equitativas. Havendo a necessidade de alterações ou revisão de tais critérios, essa Política deverá ser alterada e validada pela Alta Administração, devendo ser prontamente implementada pelas Equipes de PLD.

Além disso, a Galapagos Capital ressalta que as ABRs abaixo definidas foram elaboradas levando em conta não somente a visão das Equipes de PLD, mas também de outras áreas estratégicas, tais como, área de negócios e a área de riscos.

Ademais, a Galapagos Capital adota mecanismos de intercâmbio de informações entre as áreas de controles internos do seu conglomerado financeiro para assegurar o cumprimento de suas obrigações no âmbito desta Política, considerando a relevância do risco identificado em cada caso, em sua avaliação interna de risco.

O intercâmbio de informações deverá contemplar, sempre que aplicável e necessário, a título de exemplo, informações sobre o perfil dos Clientes Diretos (abaixo definido),

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

nos termos da regulamentação específica que dispõe sobre o dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente (*suitability*), sendo certo que as informações obtidas por meio do intercâmbio acima mencionado não deverão ser analisadas isoladamente, mas sim na totalidade da conjuntura de dados que já foram coletados.

4.1. Serviços Prestados

Em relação aos serviços prestados, conforme descrito no Formulário de Referência das Empresas Galapagos Capital, disponível em seus *websites*, as Gestoras desenvolvem a atividade de gestão de recursos de terceiros, observado que a Galapagos IS também atua na distribuição das cotas de classes de fundos de investimento sob sua gestão, conforme permitido pela regulamentação em vigor.

4.1.1. Abordagem Baseada em Risco

Levando em conta os seguintes elementos:

- (a) As atividades de gestão de recursos de terceiros desempenhada pelas Gestoras e, no caso da Galapagos IS, a distribuição de cotas de classes fundos de investimento sob sua gestão;
- (b) As atividades acima indicadas são altamente reguladas e supervisionadas pela CVM e pela Anbima;
- (c) Os Colaboradores são periodicamente treinados em relação ao escopo desta Política, nos termos do item 6 abaixo;
- (d) Os prestadores de serviços relevantes das classes dos fundos de investimento sob gestão das Gestoras, tais como administradores fiduciários, distribuidores e custodiantes, são devidamente registrados e supervisionados pela CVM e Anbima, e, conforme o caso, pelo Banco Central do Brasil ("Bacen");
- (e) Os recursos colocados à disposição das Gestoras são oriundos de contas mantidas junto a instituições financeiras e, portanto, já passaram

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

necessariamente pelo crivo das políticas e procedimentos de PLDFTP de tais instituições; e

- (f) A gestão de recursos de terceiros é realizada pelas Gestoras, em relação à maioria de seus produtos, de forma totalmente discricionária.

As Empresas Galapagos Capital classificam os serviços por elas prestados, de maneira geral, como de "*Baixo Risco*" em relação à LDFTP, sem prejuízo de aspectos abordados nas análises descritas nos itens 4.2 a 4.5 abaixo poderem ser classificados como de "*Médio Risco*" ou "*Alto Risco*" para fins de LDFTP, conforme o caso.

4.1.2. Atuação e Monitoramento

Neste sentido, sem prejuízo da atuação e dinâmica individual em relação às conclusões da ABR de cada uma das frentes tratadas neste item 4, em razão do nível de risco identificado, a forma de monitoramento dos serviços prestados pelas Empresas Galapagos se dará conforme abaixo:

- (a) Acompanhamento constante da regulamentação e autorregulação em vigor aplicáveis à sua atividade, de forma a manter suas políticas internas e atuação sempre aderentes aos normativos vigentes;
- (b) Treinamento e preparo constante de seus Colaboradores, conforme definido nesta Política; e
- (c) Avaliação do impacto às definições aqui previstas em razão de eventuais novos serviços a serem prestados pela Galapagos.

4.2. Produtos Oferecidos

Os produtos oferecidos pelas Gestoras são carteiras administradas, fundos de investimento financeiros, fundos de investimento em participações, fundos de investimento imobiliários, fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento nas cadeias produtivas do agronegócio.

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

As Gestoras realizam a classificação dos seus produtos por grau de risco com o objetivo de destinar maior atenção aos produtos que demonstrem maior probabilidade de apresentar envolvimento com LDFTP.

A DTVM especificamente, oferece os serviços de Distribuidora de Valores Mobiliários, com regulação do Banco Central e CVM.

4.2.1. Abordagem Baseada em Risco

Os produtos são determinados pelos seguintes graus de risco:

Classificação: ALTO RISCO	
Natureza do Produto	Periodicidade e Escopo de Monitoramento
Produtos que prevejam a existência de comitê de investimento formado por membros indicados por terceiros que não as Gestoras (investidores ou consultores de investimento nomeados pelos investidores, por exemplo) que tenha como competência a tomada de decisão final quanto aos investimentos e desinvestimentos, bem como de indicação dos cotistas ou partes a eles ligadas para atuar nas entidades investidas pelos produtos, tais como em determinadas estruturas de fundos de investimento em participações.	Deverá ser analisada cada decisão tomada pelo comitê de investimentos, para verificação e validação acerca da legitimidade, adequação e inexistência de atipicidades ou objetivos escusos nas deliberações tomadas, bem como avaliação prévia, para fins de PLDFTP, dos membros indicados e monitoramento a cada 6 (seis) meses dos membros eleitos ao referido comitê.

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

Classificação: MÉDIO RISCO	
Natureza do Produto	Periodicidade e Escopo de Monitoramento
Produtos que possuam a possibilidade de interferência ou recomendação, em maior ou menor grau, por terceiros (investidores ou consultores de investimento nomeados pelos investidores, por exemplo) na tomada de decisão de investimento e desinvestimento pelas Gestoras, ainda que a decisão final fique a cargo das Gestoras, tais como em estruturas de classes que possuam conselho ou comitê consultivo.	Deverá ser analisada cada deliberação tomada pelo conselho ou comitê consultivo que contenham recomendações de investimento e desinvestimentos, para verificação acerca da legitimidade, adequação e inexistência de atipicidades ou objetivos escusos em tais recomendações, bem como avaliação preliminar, quando da indicação, e monitoramento a cada 12 (doze e seis) meses dos membros eleitos ao referido comitê.
Classificação: BAIXO RISCO	
Natureza do Produto	Periodicidade e Escopo de Monitoramento
Demais produtos que atribuam a discricionariedade plena e exclusiva às Gestoras ao longo de todo o processo de tomada de decisão de investimento e desinvestimento.	Neste caso, não haverá necessidade de quaisquer providências adicionais além daquelas previstas nos itens 4.3 a 4.6 , nos termos desta Política.

4.3. Canais de Distribuição

Em relação aos canais de distribuição, a Galapagos IS realiza diretamente a distribuição das classes dos fundos de investimento sob sua gestão e a Galapagos

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

AM e a Galapagos WM se utilizam de intermediários terceiros contratados em nome das classes dos fundos sob sua gestão para a distribuição de suas cotas.

Os distribuidores contratados se constituem como instituições financeiras devidamente autorizadas pelo Banco Central do Brasil, além de serem também registrada perante a CVM, e que estão sujeitas a um ecossistema robusto de regras de PLDFTP, portanto, a Galapagos Capital realizará através da sua área de compliance o processo de Know Your Partner ("KYP") em relação a tais Canais de Distribuição.

Neste sentido, a classificação por grau de risco pelas Gestoras e a forma adotada para a atuação e o monitoramento dos canais de distribuição se dará conforme a existência ou não do relacionamento comercial direto com o cliente por parte das Empresas Galapagos, seguindo, portanto, a metodologia e definições indicadas nos itens 4.4 e 4.5 abaixo.

4.4. Clientes (Passivo)

4.4.1. Relacionamento Comercial Direto com os Clientes

O relacionamento comercial direto dos clientes com as Gestoras se caracteriza nas seguintes situações ("Clientes Diretos"):

- (i) cotistas para os quais as Gestoras sejam contratualmente responsáveis pela distribuição das cotas dos Classes sob sua gestão adquiridos por tal cliente;
- (ii) investidores de carteiras administradas sob gestão; e
- (iii) cotistas de Classes ou veículos de investimento exclusivos, observadas as exceções quanto à obtenção de toda a documentação do Anexo II.

Relativamente ao disposto acima destaca-se que: (i) entre as Gestoras, apenas a Galapagos IS atua na distribuição dos fundos sob gestão; (ii) entre as Gestoras apenas a Galapagos WM atua na gestão de carteiras administradas e (iii) todas as Gestoras atuam na gestão de fundos de investimentos exclusivos.

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

4.4.2. Classes Exclusivas

Sem prejuízo do disposto acima, e em linha com o Guia Anbima, não compete às Gestoras colher todas as informações cadastrais previstas no Anexo B à Resolução CVM nº 50, obrigação que recai sobre o distribuidor. As Gestoras devem manter registro dessas informações conforme sua ABR, e conhecer o beneficiário final do cotista, até a pessoa natural.

Neste contexto, observada sua ABR, as Gestoras deverão submeter o distribuidor da classe exclusiva ao procedimento de KYP.

Ainda, as Gestoras buscarão obter as informações cadastrais dos cotistas da classe exclusiva junto ao distribuidor e incluirá disposições nesse sentido nos contratos firmados com o distribuidor, isto é, tratando do intercâmbio de informações entre instituições.

Na hipótese de o distribuidor se recusar a fornecer tais informações mesmo mediante oferecimento de canais de compartilhamento entre estruturas de controles internos, as Gestoras devem documentar e evidenciar sua tentativa, e buscar obter as informações de que necessite junto ao próprio cotista, diretamente, e/ou por meio de fontes públicas confiáveis.

4.4.3. Inexistência de Relacionamento Comercial Direto com Clientes

Nas situações em que as Empresas Galapagos Capital não se enquadrem em algumas das hipóteses de relacionamento comercial direto com os seus clientes, conforme descritas no item 4.4.1. acima (Cliente Diretos), a responsabilidade direta pela fiscalização do passivo (ou seja, dos investidores) para fins de PLDFTP deverá recair sobre aqueles que tenham o relacionamento comercial direto com os investidores (ou seja, os distribuidores das classes dos fundos sob gestão das Gestoras, conforme o caso), que deverão possuir políticas e procedimentos próprios de PLDFTP, ficando as Empresas Galapagos Capital responsáveis pela realização de determinadas

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

providências em relação a tais prestadores de serviços, conforme detalhado no item 4.5. abaixo.

Ademais, para os fins desta Política, também não deverão ser considerados como relacionamento comercial direto com os clientes, não sendo, portanto, tais clientes classificados como “Clientes Diretos”, os contatos mantidos pelas empresas Galapagos Capital junto aos investidores, por qualquer meio (presencial ou eletronicamente), em momento anterior ou posterior aos investimentos realizados, quando, dentre outras situações similares, o contato seja (i) relacionado aos esclarecimentos de questões técnicas ligadas aos produtos ou serviços prestados pelas empresas Galapagos, tais como no caso de prestação de informações pelas empresas Galapagos sobre as políticas e estratégias de investimento, desempenho e outras relacionadas à gestão de seus fundos de investimento; (ii) decorrente do cadastramento realizado pelos próprios investidores junto às empresas Galapagos Capital para fins de recebimento de materiais institucionais ou técnicos dos produtos ou serviços (“*mailing*”), (iii) relacionado ao mero conhecimento da identidade dos investidores pelas Gestoras, tais como nas situações de simples repasse, pelas empresas Galapagos Capital, de ordens de aplicação e resgate enviadas pelos distribuidores ao administrador fiduciário dos fundos de investimento sob gestão (“*boletagem*”), ou (iv) decorrente de diligências prévias ou posteriores ao investimento, mantidas por investidores (i.e. institucionais) junto às empresas Galapagos Capital, desde que em todos casos listados acima exista distribuidor formalmente contratado para a distribuição das cotas das classes dos fundos de investimento sob gestão.

No curso de suas atividades junto aos Clientes Diretos, se for o caso e nos limites das suas atribuições, as empresas Galapagos Capital devem observar as seguintes diretrizes, sem prejuízo das demais disposições previstas nesta Política:

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

- (a) Sempre buscar identificar a identidade real de todos os seus Clientes Diretos, conforme acima definido, por meio do procedimento KYC (*Know your Client*), com a verificação de que o Cliente Direto possui um número de documento de identidade, inscrição no CNPJ ou “código CVM”, no caso de investidores não residentes;
- (b) Não receber recursos ou realizar atividades com Clientes Diretos cujos recursos sejam advindos de atividades criminosas;
- (c) Monitorar a compatibilidade dos investimentos com a ocupação profissional e a situação financeira patrimonial declarada pelo Cliente Direto;
- (d) Não aceitar ordens de movimentação de Clientes Diretos que estejam com os cadastros desatualizados, exceto nas hipóteses de pedidos de encerramento de relacionamento ou de alienação ou resgate de cotas; e
- (e) Colaborar plenamente com as autoridades reguladoras, bem como informá-las de todas as ocorrências de atividades suspeitas identificadas, nos limites das leis e regulamentos aplicáveis.

As empresas Galapagos devem, assim, realizar a classificação dos Clientes Diretos por grau de risco, com o objetivo de destinar maior atenção aos Clientes Diretos que demonstrem maior probabilidade de apresentar envolvimento com LDFTP, nos termos descritos abaixo.

Para os fins desta Política, não deverão ser considerados como relacionamento comercial direto com os clientes, não sendo, portanto, tais clientes classificados como “Clientes Diretos”, os contatos mantidos pelas empresas Galapagos junto aos investidores, por qualquer meio (presencial ou eletronicamente), em momento anterior ou posterior aos investimentos realizados, quando, dentre outras situações similares, o contato seja (i) relacionado aos esclarecimentos de questões técnicas ligadas aos produtos ou serviços prestados pelas empresas Galapagos Capital, tais como no caso de prestação de informações pelas empresas Galapagos sobre as políticas e estratégias de investimento, desempenho e outras relacionadas à gestão

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

de suas Classes; (ii) decorrente do cadastramento realizado pelos próprios investidores junto às empresas Galapagos Capital para fins de recebimento de materiais institucionais ou técnicos dos produtos ou serviços ("*mailing*"), (iii) relacionado ao mero conhecimento da identidade dos investidores pelas empresas Galapagos Capital, tais como nas situações de simples repasse, pelas empresas Galapagos Capital, de ordens de aplicação e resgate enviadas pelos distribuidores ao administrador fiduciário das Classes sob gestão ("*boletagem*"), ou (iv) decorrente de diligências prévias ou posteriores ao investimento, mantidas por investidores (i.e. institucionais) junto às empresas Galapagos, desde que em todos casos listados acima exista distribuidor formalmente contratado para a distribuição das cotas das Classes sob gestão.

4.4.4. Processo de Cadastro

As empresas Galapagos Capital deverão coletar os documentos e as informações dos Clientes Diretos, incluindo aquelas listadas no Anexo II desta Política, conforme procedimentos internos [através de ferramentas e sistemas tecnológicos e eletrônicos destinados a tal atividade ("Sistemas de PLDFTP"), bem como, quando aplicável, através de seus Colaboradores], com exceção do Cliente Direto que seja classe exclusiva gerida mas não distribuída pelas Gestoras e para o qual as Gestoras apenas solicitarão toda a documentação do Anexo II caso entenda tratar-se de cliente de Alto Risco, nos termos do item 4.4.5. abaixo.

As informações e documentos serão analisados [através do Sistema de PLDFTP] / [pelas Equipes de PLD], sendo certo que as Equipes de PLD poderão, conforme seu melhor julgamento, determinar providências adicionais em relação ao Cliente Direto, inclusive a realização de visita pessoal, durante o processo de cadastramento, em especial na situação em que os Clientes Diretos sejam considerados de "*Alto Risco*" pela área de *compliance*/PLD, na qual será mantido o sigilo acerca de eventuais indícios de LDFTP constatados e que serão devidamente avaliados para fins de comunicação ao regulador e/ou autoridade competente. As Equipes de PLD, sob

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

responsabilidade final da Diretoria de PLD, serão responsáveis por avaliar o interesse no início ou manutenção do relacionamento com tal Cliente Direto. As Equipes de PLD, sob responsabilidade final do [respectivo Diretor de PLD / do Comitê de Compliance, Risco e PLD, serão responsáveis pela eventual recusa do respectivo Cliente Direto, se o caso.

Os critérios a serem observados antes de eventual recusa são, principalmente: (a) se a classificação do potencial Cliente Direto como “Alto Risco”, conforme descrita no item 4.4.5. abaixo e a periodicidade para monitoramento e atualização cadastral exigido para essa classe de Cliente Direto são suficientes, na visão do Diretor de PLD / do Comitê de Compliance, Risco e PLD], para evitar riscos de LDFTP; (b) se o [Diretor de PLD / Comitê de Compliance, Risco e PLD, e/ou a Alta Administração, conforme encaminhamento do caso pelo [Diretor de PLD / Comitê de Compliance, Risco e PLD, visualizam um alto risco à imagem das Empresas Galapagos que não justifique o estabelecimento do vínculo com o potencial Cliente Direto; (c) se, embora não sejam encontrados indícios de crimes de LDFTP comunicáveis às instituições competentes nos termos da presente Política, as informações obtidas no processo de cadastro gerem potencial incerteza sobre a atuação do Cliente Direto; e/ou (d) se o estabelecimento de vínculo com o Cliente Direto possa gerar potencial conflito de interesses não solucionável nos termos da regulamentação.

As alterações das informações constantes do cadastro, realizado com base nas informações e documentos definidos nesta Política, dependem de prévia comunicação do Cliente Direto, por ordem escrita ou através de meios passíveis de verificação, acompanhadas dos respectivos comprovantes.

Para as informações e documentos exigidos dos Clientes Diretos, inclusive nos termos da Resolução CVM 50, as Empresas Galapagos Capital deverão empregar seus melhores esforços, não só para validar a parte dos dados que forem apresentados pelo Cliente Direto por todos os meios dispostos nesta Política e/ou permitidos pela

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

legislação, mas também para obter as informações e documentos que estejam eventualmente faltantes conforme troca de, pelo menos, [3 (três)] comunicados formais com o Cliente Direto pelos meios de contato até aquele momento informados, solicitando o necessário].

Se mesmo após empregadas as diligências acima dispostas, as empresas Galapagos Capital não estiverem de posse de todas as informações pleiteadas, essa situação não impedirá, por si só, o início do relacionamento com o Cliente Direto. No entanto, caso a Equipe de PLD, sob responsabilidade final do seu Diretor de PLD, opte por aceitar o mencionado Cliente Direto, a empresa Galapagos envolvida no processo garantirá:

- (a) o monitoramento reforçado deste Cliente Direto;
- (b) a devida avaliação documentada da decisão de aceite do Cliente Direto, conforme, inclusive, validada pelo Diretor de PLD, de maneira que esta seja passível de verificação, se necessário;
- (c) a análise mais criteriosa acerca dos alertas envolvendo possíveis indícios de LDFTP gerados, conforme tratados ao longo desta Política;
- (d) o caráter prioritário da obtenção das informações faltantes, inclusive, mas não limitadamente, por meio da troca dos comunicados mencionados acima. O Diretor de PLD, decidirá, conforme o caso, sobre alternativas para garantir a devida diligência e prioridade do preenchimento da lacuna informacional do Cliente Direto em referência.

O cadastro de Clientes Diretos pode ser efetuado e mantido em sistemas eletrônicos, onde será verificado o vencimento do cadastro. O sistema eletrônico deve:

- (a) Possibilitar o acesso imediato aos dados cadastrais;
- (b) Controlar as movimentações; e
- (c) Utilizar tecnologia capaz de cumprir integralmente com o disposto na regulamentação em vigor, nesta Política e demais normas e políticas internas das empresas Galapagos.

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

O cadastro mantido pelas empresas Galapagos Capital deve permitir a identificação da data e do conteúdo de todas as alterações e atualizações realizadas.

O cadastro dos Clientes Diretos deve abranger, quando aplicável, as pessoas naturais autorizadas a representá-los (procurador e preposto, que exerça o comando de fato sobre as atividades da pessoa jurídica, administradores, diretores ou presidentes), todos seus controladores, diretos e indiretos, e as pessoas naturais que sobre eles tenham influência significativa¹, até alcançar, em regra, a pessoa natural caracterizada como beneficiário final.

Excetua-se da obrigação de verificação da pessoa natural caracterizada como beneficiário final:

- (a) A pessoa jurídica constituída como companhia aberta no Brasil;
- (b) As classes e clubes de investimento nacionais registrados, desde que: (i) não seja classe exclusiva; (ii) obtenham recursos de investidores com o propósito de atribuir o desenvolvimento e a gestão de uma carteira de investimento a um gestor qualificado que deve ter plena discricionariedade na representação e na tomada de decisão junto às entidades investidas, não sendo obrigado a consultar os cotistas para essas decisões e tampouco indicar os cotistas ou partes a eles ligadas para atuar nas entidades investidas; e (iii) seja informado o número do CPF/MF ou de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ/MF de todos os cotistas para a Receita Federal do Brasil na forma definida em regulamentação específica daquele órgão;

¹ Para os fins desta Política, considera-se “influência significativa” a situação em que uma pessoa natural, seja o controlador ou não, exerça influência de fato nas decisões ou que seja titular de 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do capital social das pessoas jurídicas ou do patrimônio líquido dos fundos de investimento e demais entidades nos casos de que tratam os incisos II a V do art. 1º do Anexo B da Resolução CVM 50, sem prejuízo da utilização de cadastro simplificado. Ademais, para efeitos desta Política, considera-se “controlador” a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, que é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia.

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

- (c) As instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Bacen;
- (d) As seguradoras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar e os regimes próprios de previdência social;
- (e) Os investidores não residentes ("INR") classificados como: (i) bancos centrais, governos ou entidades governamentais, assim como fundos soberanos ou companhias de investimento controladas por fundos soberanos e similares; (ii) organismos multilaterais; (iii) companhias abertas ou equivalentes; (iv) instituições financeiras ou similares, agindo por conta própria; (v) administradores de carteiras, agindo por conta própria; (vi) seguradoras e entidades de previdência; e (vii) fundos ou veículos de investimento coletivo, desde que, cumulativamente: (vii.1) o número de cotistas seja igual ou superior a 100 (cem) e nenhum deles tenha influência significativa; e (vii.2) a administração da carteira de ativos seja feita de forma discricionária por administrador profissional sujeito à regulação de órgão regulador que tenha celebrado com a CVM acordo de cooperação mútua, nos termos da regulamentação em vigor, "exceto a Galapagos DTVM que não atende INR"; e
- (f) Cliente Direto que seja classe exclusiva e investidor de classe distribuída pelas empresas Galapagos Capital e represente porcentagem menor do que 25% (vinte e cinco por cento) das cotas do fundo investido, ou seja, não possua influência significativa¹. Nesta hipótese, serão observadas as regras do item 4.4.5. abaixo.

O enquadramento de algum Cliente Direto no rol da alínea "(e)" acima não isenta as empresas Galapagos de cumprirem as demais obrigações previstas nesta Política, naquilo que for aplicável. Por outro lado, a Galapagos na figura de seus diretores responsáveis, adotará o procedimento simplificado de cadastro, no qual o procedimento de coleta e manutenção de dados cadastrais dos Clientes Diretos será realizado pela instituição estrangeira, desde que observados os requisitos previstos no Anexo C da Resolução CVM 50.

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

Não obstante, elemento a ser considerado na classificação de risco das empresas Galapagos quanto aos INRs é o risco atribuído ao intermediário estrangeiro pelas empresas Galapagos. Por exemplo, intermediário estrangeiro que mantenha uma estrutura de conta-coletiva (ônibus) avaliada como sendo de “Baixo Risco” de LDFTP pode ter passageiros (INRs) classificados como de “Baixo Risco”, “Médio Risco” ou “Alto Risco” de LDFTP, de acordo com os critérios de ABR elaborado pela área de *compliance* das empresas Galapagos. Caso o intermediário estrangeiro titular da conta-coletiva (ônibus) seja classificado como sendo de “Alto Risco” de LDFTP, recomenda-se que os passageiros (INRs) sejam também classificados como de “Alto Risco” – tal avaliação poderá ser revista em relação a investidores (passageiros) específicos, caso as Gestoras disponham de elementos capazes de embasar uma avaliação distinta, a qual deverá ser fundamentada e documentada.

Ainda, em relação aos INRs, as empresas Galapagos, caso não possuam o efetivo relacionamento comercial direto, deverão identificar, dentre os prestadores de serviços relacionados ao INR, aquele que possua tal relacionamento e se as disposições relativas à verificação cadastral do INR estão devidamente compreendidas nas respectivas políticas de PLDFTP como obrigações que devem ser cumpridas pelos prestadores de serviço no Brasil representantes de tais INRs, a exemplo do representante legal, do custodiante ou do intermediário (corretora), conforme o caso. Nesses casos, a ABR deverá considerar tal prestador de serviço e deverá respeitar o disposto no item 4.5 desta Política.

Tratando-se de beneficiário final *trust* ou veículos assemelhados, as empresas Galapagos envidarão esforços para identificar:

- (a) A pessoa que instituiu o *trust* ou veículo assemelhado (“*settlor*”);
- (b) O supervisor do veículo de investimento, se houver (“*protector*”);

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

- (c) O administrador ou gestor do veículo de investimento ("curador" ou "trustee²"); e
- (d) O beneficiário do *trust*, seja uma ou mais pessoas naturais ou jurídicas.

4.4.5. Abordagem Baseada em Risco

Os Clientes Diretos são determinados pelos seguintes graus de risco:

Classificação: ALTO RISCO		
Clientes Diretos que apresentem pelo menos uma das seguintes características	Periodicidade Cadastral	de Atualização
(i) Acusados e condenados em processo judicial relativo a práticas de LDFTP nos últimos 5 (cinco) anos ou em processos que sejam considerados graves pelo Diretor de PLD; (ii) Sejam Pessoa Politicamente Exposta ("<u>PPE</u>"), bem como seus parentes, na linha direta, até o 2º grau, cônjuge ou companheiro, enteado, sócios, estreitos colaboradores ou sociedades que possuam PPE em seu quadro de colaboradores e/ou societário; (iii) Que se recusem a fornecer todas as informações necessárias e/ou apresentem informações cadastrais	A cada 6 (seis) meses.	

² Para os fins desta Política, equipara-se ao curador ou *trustee* a pessoa que não for *settlor* ou *protector*, mas que tenha influência significativa nas decisões de investimento do *trust* ou veículo assemelhado.

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

insuficientes e/ou com consideráveis inconsistências;

(iv) Que não apresentem informações e documentos necessários que permitam a identificação do beneficiário final pelas empresas Galapagos, conforme aplicável, incluindo os casos de INR que sejam (1) entes constituídos sob a forma de trusts ou outros veículos fiduciários; (2) sociedades constituídas com títulos ao portador, e (3) pessoas físicas residentes no exterior;

(v) Que apresentem domicílio, recursos provenientes, investimentos relevantes em ativos ou participações como sócio ou administrador de empresa e outras estruturas de investimento constituídas ou com sede em jurisdição offshore que: (1) seja classificada por organismos internacionais, em especial o GAFI, como não cooperante ou com deficiências estratégicas, em relação à prevenção e ao combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo; (2) faça parte de lista de sanções ou restrições emanadas pelo CSNU; e (3) não possua órgão regulador do mercado de capitais, em

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

especial, que tenha celebrado com a CVM acordo de cooperação mútua que permita o intercâmbio de informações financeiras de investidores, ou seja signatário do memorando multilateral de entendimento da OICV/IOSCO; (vi) Que sejam organização sem fins lucrativos, nos termos da legislação específica; (vii) Que estejam inabilitados para a atividade perante a CVM, conforme consulta a ser realizada no cadastro da Autarquia; e (viii) Clientes Diretos que desistam de proceder com alguma operação apenas depois de descobrir que esta ou algum elemento desta deverá ser comunicado, registrado ou de qualquer forma reportado para fins regulatórios.	
<u>Classificação: MÉDIO RISCO</u>	
Clientes Diretos que apresentem pelo menos uma das seguintes características	Periodicidade de Atualização Cadastral
Clientes Diretos que não sejam classificados como de “Alto Risco” e que não tenham fornecido documentação cadastral integral ou que apresentem inconsistências nas informações ali constantes.	A cada 12 (doze) meses.

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

Classificação: BAIXO RISCO	
Clientes Diretos que apresentem pelo menos uma das seguintes características	Periodicidade de Atualização Cadastral
Clientes não listados acima.	A cada 24 (vinte e quatro) meses.

4.4.5.1. Atuação

As situações listadas abaixo podem configurar indícios da ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 12.683/12, ou podem com eles relacionar-se, devendo as empresas Galapagos acompanhar a evolução do seu relacionamento com o Cliente Direto e atribuir maior atenção a tais situações para fins de manutenção e/ou alteração da classificação de ABR a ele atribuída, bem como quanto à necessidade de providências adicionais junto às autoridades competentes:

- (a) Atividades com indícios de atipicidade de que tenha conhecimento;
- (b) Transações que violam os programas de sanções econômicas;
- (c) Transações com volumes e valores significativos e incompatíveis com a ocupação profissional, os rendimentos ou a situação patrimonial ou financeira declarada do Cliente Direto, ou destoantes dos historicamente efetuados;
- (d) Transações com volumes e valores significativos e incompatíveis com a atividade econômica, objeto social ou do faturamento informado pelo Cliente Direto, no caso de pessoa jurídica, com o padrão operacional apresentado por clientes com o mesmo perfil;
- (e) Eventuais reincidências do desenquadramento de perfil histórico de transações, observado o parágrafo abaixo;
- (f) Clientes Diretos em relação aos quais existam notícias desabonadoras na mídia que tenham relevância para fins de LDFTP;
- (g) Situações em que o Cliente Direto apresente aparente propósito oculto ou comportamento não usual na solicitação da operação;

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

- (h) Clientes Diretos que realizem ameaça a Colaborador das empresas Galapagos, Capital direta ou indiretamente, tentando dissuadi-lo de registrar os relatórios necessários ou cumprir com qualquer norma, orientação ou diretriz de regulação, autorregulação e interna das empresas Galapagos;
- (i) Operações cujas características e desdobramentos evidenciem atuação, de forma contumaz, em nome de terceiros;
- (j) Operações que evidenciem mudança repentina e objetivamente injustificada relativamente às modalidades operacionais usualmente utilizadas pelos Clientes Diretos;
- (k) Situações em que não seja possível identificar os beneficiários finais dos Clientes Diretos;
- (l) Situações em que não seja possível manter atualizada as informações cadastrais dos Clientes Diretos;
- (m) Clientes Diretos, pessoas naturais, jurídicas ou outras entidades que residam, tenham sede ou sejam constituídas em ou, ainda, cujos recursos investidos sejam provenientes de jurisdição *offshore* que: (i) seja classificada por organismos internacionais, em especial o Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo ("GAFI"), como não cooperante ou com deficiências estratégicas, em relação à prevenção e ao combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e/ou ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa; (ii) com tributação favorecida e submetidos a regimes fiscais privilegiados, conforme normas emanadas pela Receita Federal do Brasil; (iii) não possua órgão regulador do mercado de capitais, em especial, que tenha celebrado com a CVM acordo de cooperação mútua que permita o intercâmbio de informações financeiras de investidores, ou seja signatário do memorando multilateral de entendimento da OICV/IOSCO;
- (n) Ameaça a Colaboradores, tentando dissuadi-lo de registrar os relatórios necessários;
- (o) Negativa do Cliente Direto em continuar com uma transação depois de

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

descobrir que ela precisa ser relatada;

- (p) Sugestão por parte do Cliente Direto de pagamento de gratificação a Colaboradores; e
- (q) Clientes Diretos que desempenhem atividade em que seja possível circular dinheiro em espécie e que a contabilidade possa ser mais facilmente alterada.

É importante destacar a importância da compatibilidade do perfil de risco dos Clientes Diretos ao produto a ser investido (*suitability*) também para fins de PLDFTP. No entanto, a incompatibilidade, por si só, não deve ser considerada como indício de LDFTP ou mesmo gerar a obrigatoriedade de mudança da classificação de risco de LDFTP do Cliente Direto. Como exemplo, o investimento em classes alavancadas ou mesmo estruturadas por um Cliente Direto que possua perfil de risco (*suitability*) “conservador” não representa qualquer indício de LDFTP se tiver por objetivo a diversificação de risco dos investimentos totais daquele Cliente Direto. Não obstante, as empresas Galapagos estarão atentas às operações que sejam consideradas atípicas, tais como aquelas que, além de serem incompatíveis com o perfil de risco (*suitability*) do Cliente Direto, não possuam fundamentação econômica, em que os Clientes Diretos sejam parte relacionada dos emissores ou das contrapartes dos ativos a serem adquiridos pelas classes sob gestão das Gestoras das empresas Galapagos, ou outros aspectos que podem representar indícios de LDFTP.

4.4.5.2. Clientes Diretos que sejam Classes Alocadoras

Conforme previsto neste item 4.4, nos casos em que as Gestoras possuam relacionamento comercial direto com os investidores (por exemplo, por ser a distribuidora das cotas das classes sob gestão), sendo estes, portanto, considerados “Clientes Diretos”, as Gestoras deverão observar a presente Política e solicitar todas as informações e documentos aplicáveis ao tipo de investidor, nos termos do Anexo II.

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

Nesse sentido, caso os Clientes Diretos sejam classes de investimento geridos por terceiros que venham a investir nos produtos geridos pelas Gestoras ("Classes Alocadoras"), as Gestoras deverão solicitar exclusivamente as informações cadastrais indicadas no Anexo II em relação ao administrador fiduciário e ao gestor de recursos de tal Classe Alocadora ("Prestadores de Serviços das Classes Alocadoras").

Como exceção à solicitação da documentação do próprio Prestador de Serviço da Classe Alocadora, está a situação em que a Classe Alocadora seja um fundo exclusivo ("Classe Exclusiva Alocadora"), oportunidade em que as informações do item 4.4.3. devem ser exigidas do próprio cotista da Classe Exclusiva Alocadora, inclusive a obrigação de identificação do beneficiário final da Classe Exclusiva Alocadora, desde que este represente 25% (vinte e cinco por cento) ou mais das cotas da Classe distribuída pela respectiva Gestora.

Nas situações em que o gestor de recursos da Classe Exclusiva Alocadora decida não informar o beneficiário final, as Gestoras, caso optem, observado seu processo de cadastro, por iniciar o relacionamento, o classificará como Cliente de "Alto Risco", nos termos do item 4.4.4. acima.

4.5. Prestadores de Serviços Relevantes

As Gestoras são consideradas, junto com o administrador fiduciário, Prestadores de Serviço Essencial dos Fundos, sendo responsável pela contratação dos seguintes prestadores de serviço em nome dos Fundos e de acordo com o tipo do fundo de investimento:

- a) Classificação de risco por agência de classificação de risco de crédito;
- b) Cogestão da carteira;
- c) Consultoria de investimentos;
- d) Distribuição de cotas;
- e) Formador de mercado de classe fechada (exceto no caso de fundos de investimento imobiliários); e

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

- f) Intermediação de operações para a carteira de ativos.

Para os Fundos de Investimento Imobiliário sob gestão das Gestoras, a contratação dos serviços de distribuição de cotas, consultoria de investimentos e formador de mercado será de responsabilidade do administrador fiduciário, que poderá delegar a contratação às Gestoras, mediante outorga de mandato específico.

Adicionalmente, as Gestoras também poderão contratar outros serviços em nome das Classes que não estejam indicados acima, tais como, exemplificativamente, escritórios de advocacia, consultores especializados, avaliadores independentes, prestadores de serviço de verificação de lastro de direitos creditórios, dentre outros (em conjunto com os prestadores de serviço indicados anteriormente "Prestadores de Serviços dos Produtos").

Nestes casos, os procedimentos devem ser implementados de acordo com o perfil e o propósito de relacionamento, visando a prevenir a realização de negócios com pessoas declaradas inidôneas ou suspeitas por envolvimento em atividades ilícitas.

Neste sentido, as Gestoras, na definição de seus procedimentos internos para avaliação dos Prestadores de Serviços dos Produtos, levará em consideração as situações abaixo indicadas para a definição da ABR atribuída ao respectivo prestador e a forma de atuação e monitoramento pelas Gestoras:

- (a) Prestadores de Serviços dos Produtos que não possuam relacionamento comercial direto com os investidores (e.g., administradores fiduciários, custodiantes, entre outros); e
- (b) Prestadores de Serviços dos Produtos que possuam relacionamento comercial direto com os investidores (distribuidores).

Por fim, conforme previsto nesta Política e em razão da sua dinâmica de atuação, as Gestoras realizam a classificação dos Prestadores de Serviços dos Produtos por grau de risco com o objetivo de destinar maior atenção àqueles que demonstrem maior probabilidade de apresentar envolvimento com LDFTP, nos termos a seguir descritos.

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

4.5.1. Prestadores de Serviços dos Produtos

4.5.1.1. Prestadores de Serviços dos Produtos que não possuam relacionamento comercial direto com os investidores

Não obstante a plena atuação das empresas Galapagos em relação aos Clientes Diretos, conforme o caso, para fins de cumprimento desta Política e da regulamentação em vigor, nos termos do item 4.4 acima, as Gestoras, no âmbito da sua atuação, levam em consideração, ainda, o seu relacionamento com os Prestadores de Serviços dos Produtos, a exemplo dos administradores fiduciários dos Fundos, que possuam relacionamento contratual com as empresas Galapagos no âmbito do produto sob gestão, mesmo não havendo por tais Prestadores de Serviços dos Produtos o relacionamento comercial direto com os investidores.

Neste sentido, caso as empresas Galapagos participem dos contratos firmados com os Prestadores de Serviços dos Produtos, as Gestoras envidarão melhores esforços para fazer constar cláusula contratual atribuindo a obrigação dos Prestadores de Serviços dos Produtos em declarar a observância da regulamentação em vigor relativa à PLDFTP, notadamente a Resolução CVM 50, caso aplicável.

Caso não seja possível obter tal declaração contratual por parte do Prestador de Serviços do Produto, o respectivo Diretor de PLD responsável deverá avaliar a oportunidade de iniciar e/ou manter o relacionamento com tal Prestador de Serviços do Produto, sendo certo que, em caso afirmativo, as empresas Galapagos poderão inclusive solicitar o Questionário de Due Diligence – Anbima para PLDFTP do Prestador de Serviços do Produto ("QDD Anbima"), caso existente e aplicável a tal prestador de serviço, para fins de avaliação dos itens relativos à PLDFTP.

Por outro lado, caso as empresas Galapagos Capital não possuam qualquer relacionamento contratual com o Prestador de Serviços do Produto que não tenha o

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

relacionamento comercial direto com os investidores (tipicamente, os custodiantes), a Galapagos estará, portanto, desobrigada de quaisquer providências com relação a tal prestador de serviços.

4.5.1.2. Prestadores de Serviços dos Produtos que possuam relacionamento comercial direto com os investidores

No caso dos Prestadores de Serviços dos Produtos que possuam relacionamento comercial direto com os investidores (distribuidores), as empresas Galapagos deverão providenciar um maior escrutínio na avaliação de tal prestador de serviços, conforme determina a regulamentação e a autorregulação em vigor e aqui descrito.

Neste sentido, quanto a estes Prestadores de Serviços dos Produtos, as empresas Galapagos deverão:

- (a) Considerar, para fins da abordagem baseada em risco de LDFTP, a partir da solicitação e análise da política de PLDFTP, as respectivas regras, procedimentos e controles internos dos Prestadores de Serviços dos Produtos, as quais deverão estar compatíveis com a natureza e relevância do serviço prestado, contemplando critérios definidos mediante a abordagem baseada em risco para os fins necessários, conforme previstos nesta Política, o qual deverá ser passível de verificação;
- (b) Obter confirmação da existência de programa de treinamentos periódicos dos funcionários dos Prestadores de Serviços dos Produtos relativamente à PLDFTP;
- (c) Buscar e implementar mecanismos de intercâmbio de informações com as áreas de controles internos dos Prestadores de Serviços dos Produtos, devendo as Equipes de PLD identificar quando do início do relacionamento com os Prestadores de Serviços dos Produtos as respectivas pessoas responsáveis pelo seu fornecimento e avaliar, no âmbito e no decorrer do desempenho das atividades de tais prestadores de serviços, as informações

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

que deverão ser objeto de intercâmbio, buscando a plena atuação dos Prestadores de Serviços dos Produtos nas suas respectivas competências para fins de PLDFTP. Inclusive, conforme descrito pelo Guia Anbima, nenhum dos Prestadores de Serviços dos Produtos ou mesmo as empresas Galapagos, poderão alegar entre si ou perante qualquer órgão fiscalizador, restrição de qualquer tipo (legal, comercial, etc) a informações relevantes para fins de PLDFTP; e

- (d) Avaliar a pertinência e a oportunidade de solicitar informações adicionais aos Prestadores de Serviços dos Produtos, por meio dos mecanismos de intercâmbio a que se refere a alínea "(c)" acima, em observância às diretrizes estabelecidas nesta Política.

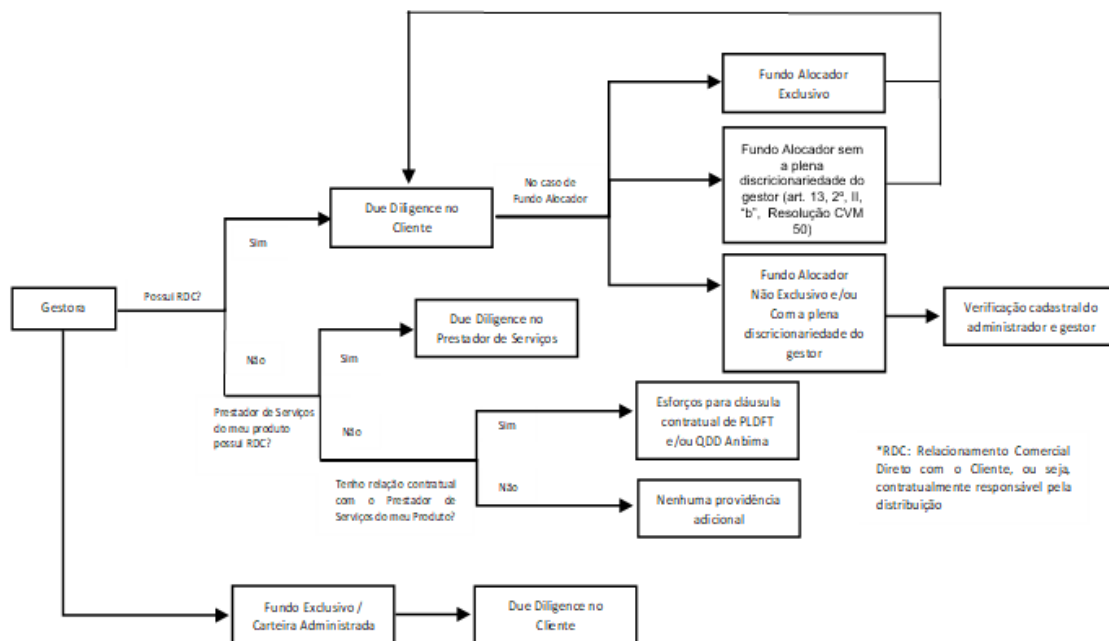
4.5.2. Fluxograma resumo

De forma a melhor esclarecer a forma de atuação em decorrência da existência de relacionamento comercial direto entre o Cliente Direto e as empresas Galapagos, ou seja, quando esta for contratualmente responsável pela distribuição das cotas das classes sob sua gestão adquiridos por tal Cliente Direto, bem como no tocante a carteiras administradas e classes exclusivas sob sua gestão, destaca-se abaixo o fluxograma de tomada de decisão quanto à verificação a ser realizada:

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL



4.5.3. Abordagem Baseada em Risco

Classificação: ALTO RISCO	
Prestadores de Serviço	Periodicidade e Escopo de Monitoramento
(i) Não aceitem a inclusão de cláusula contratual relativa à declaração quanto à observância da regulamentação em vigor relativa à PLDFTP, notadamente a Resolução CVM 50, ou que apresente informações insuficientes e insatisfatórias em seu QDD Anbima, principalmente para o caso dos	A respectiva Equipe de PLD[, sob responsabilidade final do Diretor de PLD/ Comitê de Compliance, Risco e PLD], deverá avaliar a oportunidade de iniciar e/ou manter o relacionamento com tal prestador de serviços, sendo certo que, em caso afirmativo, as empresas Galapagos Capital deverão, a cada 6 meses: (i)

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

Prestadores de Serviços dos Produtos indicados no item 4.5.1.1. acima; (ii) Não possuam políticas de PLDFTP ou, ainda que as possuam, estas não estejam devidamente atualizadas à regulamentação em vigor, notadamente quanto à Resolução CVM 50, em documento escrito e passível de verificação; (iii) Não tenham instituído a alta administração; (iv) Não tenham nomeado diretor estatutário responsável pelo cumprimento das normas estabelecidas na Resolução CVM 50, em especial, pela implementação e manutenção da respectiva política de PLDFTP, de forma a assegurar o efetivo gerenciamento dos riscos de LDFTP apontados; e/ou (v) Tenham sido julgados como culpados em processos sancionadores da CVM nos últimos 5 (cinco) anos decorrentes de falhas na adoção de procedimentos de PLDFTP.	Solicitar e avaliar criteriosamente o relatório anual para fins de atendimento da Resolução CVM 50; (ii) Solicitar evidências da realização de treinamentos periódicos a todos os colaboradores dos prestadores de serviços relativamente à PLDFTP; (iii) Solicitar o relatório de acompanhamento de eventual plano de ação e procedimentos de melhorias internas adotados no caso de julgamentos no âmbito de processos sancionadores da CVM ou de procedimentos de apuração de irregularidade da Anbima; (iv) Realizar diligência in loco no prestador de serviço, conforme avaliação e oportunidade; (v) Buscar que exista efetivo mecanismo de intercâmbio de informações com as áreas de controles internos dos prestadores de serviços e/ou (vi) Providenciar o acompanhamento de eventuais notícias e/ou informações públicas que coloquem em risco a imagem do prestador de serviços e possam afetar suas operações.
<u>Classificação: MÉDIO RISCO</u>	
Prestadores de Serviço	Periodicidade e Escopo de Monitoramento

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

(i) Não aceitem a inclusão de cláusula contratual relativa à declaração quanto à observância da regulamentação em vigor relativa à PLDFTP, notadamente a Resolução CVM 50, mas apresentem informações suficientes e satisfatórias em seu QDD Anbima; (ii) Não possuam, conforme critério de avaliação próprio empresas Galapagos, política de PLDFTP compatível com a natureza e relevância do serviço prestado, contemplando critérios definidos mediante a abordagem baseada em risco para os fins necessários; e/ou (iii) Tenham sido parte (porém sem que ainda tenha ocorrido julgamento) de processos sancionadores da CVM nos últimos 5 (cinco) anos decorrentes de falhas na adoção de procedimentos de PLDFTP e/ou processos que tenham sido indicados no Formulário de Referência.	A cada 12 (doze) meses as empresas Galaapagos Capital na figura das pessoas responsáveis deverão: (i) Realizar o levantamento e a verificação das informações e documentos obtidos dos prestadores de serviços quando do início do relacionamento; e (ii) Providenciar o acompanhamento de eventuais notícias e/ou informações públicas que coloquem em risco a imagem do prestador de serviços e possam afetar suas operações.
<u>Classificação: BAIXO RISCO</u>	
Prestadores de Serviço	Periodicidade e Escopo de Monitoramento

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

Prestadores de serviços não enquadrados em qualquer dos itens acima.	A cada 24 (vinte e quatro) meses as empresas Galapagos deverão realizar o levantamento e a verificação das informações e documentos obtidos dos prestadores de serviços quando do início do relacionamento.
---	---

4.5.4. Atuação

As empresas Galapagos Capital deverão avaliar as situações abaixo listadas e adotá-las como medida de eventual alteração dos critérios de sua classificação de ABR em relação aos Prestadores de Serviços dos Produtos ou das classificações individualmente atribuídas:

- (a) A alteração da relevância da prestação de serviço do ponto de vista do risco de LDFTP;
- (b) A classificação da área geográfica em que o Prestador de Serviço do Produto está domiciliado;
- (c) Se o Prestador de Serviço do Produto tem qualquer relacionamento comercial com PPE;
- (d) Se o Prestador de Serviço do Produto é um órgão público ou foi recomendado ou encaminhado às empresas Galapagos por um PPE;
- (e) Se o Prestador de Serviço do Produto é ente não regulado;
- (f) Se os setores de mercado em que o Prestador de Serviço do Produto está ativo representam risco de LDFTP; e
- (g) Se a estrutura de taxas ou o método de pagamento são pouco usuais (tal como requisito para pagamento em dinheiro, pagamento a outras entidades que não o Prestador de Serviço do Produto, pagamento para contas mantidas em países diversos do país em que o Prestador de Serviço do Produto está domiciliado ou onde os serviços são executados).

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

4.6. Agentes Envolvidos nas operações, Ambientes de Negociação e Registro

As empresas Galapagos Capital, no âmbito de suas atividades, entende que os mercados regulamentados de negociação de ativos, tais como a bolsa de valores e o mercado de balcão organizado, já oferecem adequados procedimentos para fins PLDFTP, o que acaba trazendo baixíssimo risco de LDFTP. Por outro lado, no caso de negociações privadas, sendo estas, portanto, fora dos ambientes de bolsa e balcão organizado, as empresas Galapagos entendem haver um maior risco de LDFTP, razão pela qual atribui a necessidade de análise mais detalhada das operações.

Desta forma, as empresas Galapagos entendem que o ambiente de negociação e registro é mais um dos elementos a serem avaliados e levado em consideração no âmbito da análise geral das operações, a qual levará em consideração, não apenas o ambiente de negociação, mas também a identificação, análise e monitoramento das contrapartes das operações e dos demais agentes relevantes envolvidos, inclusive para fins de definição da sua abordagem baseada em risco, conforme abaixo descrito.

Com isso, nas operações ativas (investimentos), as empresas Galapagos deverão proceder com o levantamento dos documentos e informações dos agentes envolvidos que sejam, no julgamento da Galapagos os efetivamente relevantes para fins de PLDFTP, que podem incluir, conforme o caso, a contraparte da operação, o emissor do ativo, os intermediários e consultores, escrituradores e custodiantes (aqueles efetivamente relevantes denominados “Agentes Envolvidos”) de forma similar àquela adotada quanto aos seus Clientes Diretos (passivo) para fins de aplicação das rotinas e controles relacionados à PLDFTP, conforme item 4.4 acima, inclusive quanto às exceções lá previstas.

No caso das operações ativas, a coleta das informações e documentos, incluindo aqueles listados no Anexo II desta Política, sobre o Agente Envolvido a ser analisado, será realizada conforme procedimentos internos através de Sistemas de PLDFTP, bem

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

como, quando aplicável, através dos Colaboradores da Gestora].

Neste contexto, para as carteiras sob gestão, dentro do princípio da razoabilidade, viabilidade, e agindo com bom senso e nos limites das suas atribuições, as empresas Galapagos deverão se utilizar das práticas a seguir descritas, combinadas com as disposições do item 4.4. acima.

4.6.1. Processo de Identificação de Agentes Envolvidos

As empresas Galapagos aplicam o processo de identificação de Agentes Envolvidos adequado às características e especificidades dos negócios. Tal processo visa a prevenir que os Agentes Envolvidos utilizem as carteiras sob gestão para atividades de LDFTP.

Conforme autorregulamentação em vigor, as negociações elencadas a seguir por sua própria natureza e característica, já passaram por processo de verificação. Assim, não obstante a realização pela área de compliance quando de diligências adicionais, as empresas Galapagos entendem que os seguintes ativos possuem baixo risco de LDFTP:

- (a) Ofertas públicas iniciais e secundárias de valores mobiliários, registradas de acordo com as normas emitidas pela CVM;
- (b) Ativos emitidos ou negociados por instituição financeira ou equiparada, inclusive no caso de emissões e negociações privadas (i.e. operações compromissadas e outras operações cuja contraparte seja uma instituição financeira);
- (c) Ativos emitidos por emissores de valores mobiliários registrados na CVM; e
- (d) Ativos de mesma natureza econômica daqueles listados acima, quando negociados no exterior, desde que (i) sejam admitidos à negociação em bolsas de valores, de mercadorias e futuros, ou registrados em sistema de registro, custódia ou de liquidação financeira, devidamente autorizados em seus países

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

de origem e supervisionados por autoridade local reconhecida pela CVM, ou (ii) cuja existência tenha sido assegurada por terceiro devidamente autorizados para o exercício da atividade de custódia em países signatários do Tratado de Assunção ou em outras jurisdições, ou supervisionados por autoridade local reconhecida pela CVM.

Adicionalmente, as empresas Galapagos Capital diligenciarão no processo de identificação dos Agentes Envolvidos caso seja possível tal diligência em razão das circunstâncias e características da operação ou do ativo a ser investido, tais como, quando aplicável, títulos e valores mobiliários objeto de oferta pública com registro automático que tenha sido estruturada, na prática, para classes ou carteiras administradas geridas pelas empresas Galapagos Capital e/ou para outros alocadores específicos e de forma concentrada, bem como aqueles que tenham sido objeto de distribuição ou negociação privada (renda fixa ou ações), e, ainda, empreendimentos imobiliários e ativos de crédito privado não excetuadas nos termos do parágrafo acima.

Considerando que as empresas Galapagos Capital poderão realizar, inclusive, a gestão de fundos de investimento em participações, fundos de investimento imobiliários, fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento nas cadeias produtivas do agronegócio, serão realizados, além dos procedimentos gerais de identificação dos Agentes Envolvidos dispostos no parágrafo acima, procedimentos adicionais e adotados controles internos específicos à natureza e complexidades das operações realizadas pelos produtos para fins especificamente de identificação de eventuais atipicidades para fins de PLDFTP, por meio da realização de *due diligence* legal e financeira, adicionalmente às análises relativas aos demais fatores de risco financeiros da operação (mercado, liquidez, crédito, contraparte e concentração), tais como, conforme o caso:

- (a) Identificação de todas as partes relevantes envolvidas na operação, analisando

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

a estrutura societária para a verificação de situações que apresentem qualquer atipicidade que deva ser levada em conta para fins de LDFTP, como, por exemplo, estruturas com partes relacionadas em diferentes pontas do ativo, especialmente em situações em que tal parte tenha ingerência na decisão de investimento, no caso de fundos de investimento em participações;

- (b) Consulta das listas obrigatórias não apenas em relação à sociedade emissora, detentora ou cedente dos ativos, mas também de seus beneficiários finais e respectivos administradores;
- (c) Análise da estrutura de governança dos Agentes Envolvidos, da sua localização geográfica, e da sua reputação e percepção de mercado;
- (d) Análise de eventuais atipicidades relativas à situação econômico-financeira (quadro atual e perspectivas/projeções) da empresa objeto do investimento ou da empresa na qualidade de devedora de determinado ativo, ou, ainda, das empresas identificadas como cedentes e sacados das operações, nos casos de fundos de investimento em direitos creditórios e a depender da concentração e representatividade financeira de tais partes na operação;
- (e) Análise de eventuais atipicidades nas constituições das garantias relativas aos ativos a serem adquiridos, inclusive com relação à observância dos requisitos formais para sua constituição e às avaliações de adequação do(s) tipo(s) de garantia(s) escolhidas para determinado ativo;
- (f) Análise da origem do ativo e suas negociações ao longo do tempo até a aquisição pela contraparte, caso aplicável ao caso;
- (g) Análise e verificação da adequação da precificação do ativo;
- (h) Em se tratando especificamente de empreendimentos imobiliários, análise da viabilidade do projeto, a demanda, potencial de valor geral de venda - VGV, renda e demais riscos relacionados tipicamente ao tipo de estrutura, bem como o nível de adequação das premissas negociais do ativo, incluindo o preço, condições de pagamento e remuneração dos intermediários;
- (i) Em relação aos ativos securitizados, análise acerca de eventual atipicidade em relação à adequação do lastro, do fluxo de pagamento do ativo e da qualidade

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

da(s) garantia(s) apresentadas;

- (j) Realização de visita in loco nos Agentes Envolvidos, caso necessário;
- (k) Extensão da diligência para verificação dos riscos no processo de originação do crédito e nos participantes da estrutura, incluindo, quando aplicável, cedentes, originadores e sacados, proporcional à representatividade financeira ou concentração dos participantes. As empresas Galapagos Capital consideram como participação expressiva na operação do fundo gerido: [qualquer aquisição que represente mais do que [20% (vinte por cento)] do patrimônio do fundo à época da diligência]. Receberão atenção especial as situações em que um mesmo Agente, ou grupo de Agentes relacionados ou ligados entre si, esteja presente em várias pontas da operação (por exemplo, um cotista exclusivo que seja também o originador do crédito), ou desempenhem funções que dependam ou sofram ingerência umas das outras;
- (l) Análise mais criteriosa das pessoas sujeitas à adoção de mecanismos de controles nos termos da Lei nº 12.683/12 e ligadas à estruturação de operações de crédito; e/ou
- (m) Em se tratando de operação com ativos virtuais, observância da regulamentação e autorregulamentação vigente à época.

Ademais, as empresas Galapagos Capital deverão buscar que os contratos relevantes a serem firmados com as contrapartes no âmbito das operações acima contemple cláusula expressa de declaração das partes quanto à observância integral da legislação e regulamentação de PLDFTP aplicáveis.

No caso das negociações privadas que tenham como contraparte outras classes de fundos de investimento, as empresas Galapagos poderão solicitar exclusivamente as informações cadastrais indicadas no Anexo II em relação ao administrador fiduciário e ao gestor de recursos de tal fundo de investimento, e não dos demais Agentes Envolvidos.

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

Em havendo necessidade, conforme avaliação das Equipes de PLD, poderá ainda ser requisitado políticas e manuais adotados pelo administrador fiduciário e QDD Anbima do gestor da carteira do fundo de investimento, para fins de verificação dos itens relativos aos procedimentos adotados para PLDFTP.

Por fim, para o pleno atendimento das regras de PLDFTP constantes da regulamentação e autorregulamentação em vigor, as empresas Galapagos adotam o intercâmbio de informações com o administrador fiduciário dos fundos sob gestão das Gestoras. Dentro desse mecanismo, as empresas Galapagos na figura da área responsável deverão comunicar o administrador fiduciário: (i) caso as empresas Galapagos identifiquem, na contraparte das operações realizadas pelas classes sob sua gestão, a participação de PPE, de organização sem fins lucrativos, nos termos da legislação específica, ou, ainda, de pessoas com sede em jurisdição offshore que (i.1) seja classificada por organismos internacionais, em especial o GAFI, como não cooperante ou com deficiências estratégicas, em relação à prevenção e ao combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e/ou ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa; (i.2) faça parte de lista de sanções ou restrições emanadas pelo CSNU; ou (i.3) não possua órgão regulador do mercado de capitais, em especial, que tenha celebrado com a CVM acordo de cooperação mútua que permita o intercâmbio de informações financeiras de investidores, ou seja signatário do memorando multilateral de entendimento da OICV/IOSCO, e (ii) em relação às operações que tenham sido objeto de comunicação ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras ("COAF") pelas empresas Galapagos, nos termos do Capítulo 5 abaixo. As mesmas obrigações serão exigidas do administrador fiduciário dos fundos de investimento, bem como de qualquer outro prestador de serviço que possa vir a acessar informações relevantes para fins de PLDFTP.

4.6.2. Monitoramento: Controle do Preço dos Ativos e Valores Mobiliários Negociados

As empresas Galapagos Capital representada pela equipe de *compliance* adotam procedimentos com vistas a controlar e monitorar o padrão transacional e a faixa de

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

preços dos ativos negociados para as carteiras sob sua gestão, de modo que:

- (a) eventuais operações efetuadas fora dos padrões praticados no mercado, de acordo com as características do negócio;
- (b) recorrência ou concentração de ganhos ou perdas; e
- (c) mudança de padrão em termos de volume de negócios e de modalidade operacional, sejam identificados e, se for o caso, comunicados aos órgãos reguladores e/ou autoridades competentes.

4.6.3. Abordagem Baseada em Risco

As situações listadas abaixo podem configurar indícios da ocorrência dos crimes previstos na Lei nº 12.683/12, ou podem com eles relacionar-se, devendo as empresas Galapagos atribuir maior atenção no âmbito das suas operações para fins de manutenção e/ou alteração da classificação de ABR atribuída, bem como quanto à necessidade de providências adicionais junto às autoridades competentes:

- (a) Apresentação de irregularidades relacionadas aos procedimentos de identificação e registro das operações exigidos pela regulamentação vigente;
- (b) Situações em que qualquer Agente Envolvido apresente aparente propósito oculto ou comportamento não usual na solicitação da operação;
- (c) Quaisquer operações ou conjunto de operações de compra ou de venda de ativos e valores mobiliários envolvendo pessoas relacionadas com atos terroristas, com o financiamento do terrorismo e/ou com o financiamento da proliferação de armas de destruição em massa listadas pelo CSNU;
- (d) Realização de operações ou conjunto de operações de compra ou de venda de títulos e valores mobiliários pertencentes ou controlados, direta ou indiretamente, qualquer que seja o valor da aplicação, por pessoas que reconhecidamente tenham cometido ou intentado cometer atos terroristas, ou deles participado ou facilitado o seu cometimento, conforme o disposto na Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016;

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

- (e) Operações que envolvam ativos alcançados por sanções impostas pelas resoluções do CSNU de que trata a Lei nº 13.810, de 8 de março de 2019, bem com os alcançados por requerimento de medida de indisponibilidade oriundo de autoridade central estrangeira de que se venha a ter conhecimento;
- (f) Movimentação passível de ser associada ao financiamento do terrorismo ou ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa, conforme o disposto nas Leis nº 13.260, de 16 de março de 2016 e 13.810, de 8 de março de 2019;
- (g) Operações ou conjunto de operações de compra ou de venda de títulos e valores mobiliários fora dos padrões praticados no mercado;
- (h) Operações que resultem em elevados ganhos para os Agentes Envolvidos, em desproporção com a natureza dos serviços efetivamente prestados;
- (i) Investimentos significativos em produtos de baixa rentabilidade e liquidez, considerando a natureza da classe do fundo ou o perfil do cliente/mandato da carteira administrada;
- (j) Operações nas quais haja deterioração do ativo sem fundamento econômico que a justifique;
- (k) Operações com participação de Agentes Envolvidos, pessoas naturais, jurídicas ou outras entidades que residam, tenham sede ou sejam constituídas, bem como com ativos de jurisdição *offshore* que: (i) seja classificada por organismos internacionais, em especial o GAFI, como não cooperante ou com deficiências estratégicas, em relação à prevenção e ao combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e/ou ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa; (ii) com tributação favorecida e submetidos a regimes fiscais privilegiados, conforme normas emanadas pela Receita Federal do Brasil; (iii) não possua órgão regulador do mercado de capitais, em especial, que tenha celebrado com a CVM acordo de cooperação mútua que permita o intercâmbio de informações financeiras de investidores, ou seja signatário do memorando multilateral de entendimento da OICV/IOSCO;

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

- (l) Operações que envolvam a participação de banco que não tenha presença física e que não seja afiliado a grupo financeiro regulamentado ("shell banks");
- (m) Operações realizadas entre as mesmas partes ou em benefício das mesmas partes, nas quais haja seguidos ganhos ou perdas no que se refere a algum dos Agentes Envolvidos;
- (n) Operações que evidenciem oscilação significativa em relação ao volume ou frequência de negócios de qualquer dos Agentes Envolvidos;
- (o) Operações cujos desdobramentos contemplem características que possam constituir artifício para burla da identificação dos efetivos Agentes Envolvidos e beneficiários respectivos;
- (p) Operações que evidenciem mudança repentina e objetivamente injustificada relativamente às modalidades operacionais usualmente utilizadas pelos Agentes Envolvidos;
- (q) Operações em que não seja possível identificar os beneficiários finais dos Agentes Envolvidos;
- (r) Operações com transferências privadas de recursos e valores mobiliários sem motivação aparente; e
- (s) Agentes Envolvidos com relação aos quais existam notícias desabonadoras na mídia que tenham relevância para fins de LDFTP.

Adicionalmente ao monitoramento das operações e situações acima, as empresas Galapagos Capital realizam a classificação das operações por grau de risco com o objetivo de destinar maior atenção àquelas que demonstrem maior probabilidade de apresentar envolvimento com LDFTP, conforme abaixo:

<u>Classificação: ALTO RISCO</u>	
Ativos e/ou operações que apresentem pelo menos uma das seguintes características	Periodicidade e Escopo de Monitoramento
Operações que apresentem pelo menos uma das seguintes características: (i) Operações de	A cada 6 (Seis) meses a Galapagos na figura da área

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

financiamento que contem com partes relacionadas em diferentes pontas; (ii) Envolvam negociações privadas, notadamente relativas a imobiliário; (iii) Que envolvam PPE; (iv) Que apresentem qualquer precariedade de informações financeiras e legais dos Agentes Envolvidos, conforme o caso, do lastro, ou apresentem informações com consideráveis inconsistências, bem como aquelas que evidenciem mudança repentina e injustificada relativamente aos termos e condições de negócios usualmente realizados pelo mercado; (v) Que sejam de emissores com sede em jurisdição offshore que: (v.1) seja classificada por organismos internacionais, em especial o GAFI, como não cooperante ou com deficiências estratégicas, em relação à prevenção e ao combate à lavagem de dinheiro, ao financiamento do terrorismo e/ou ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa; (v.2) faça parte de lista de sanções ou restrições emanadas pelo CSNU; e (v.3) não possua órgão regulador do mercado de capitais, em especial, que tenha celebrado com a CVM acordo de cooperação mútua que permita o intercâmbio de informações financeiras de investidores, ou seja signatário do memorando multilateral de entendimento da OICV/IOSCO.

de *compliance/PLD* deverão verificar a situação do ativo e realizar a atualização cadastral dos Agentes Envolvidos e levantamento dos demais documentos e informações obtidas quando da realização da operação.

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

Classificação: MÉDIO RISCO	
Ativos e/ou operações que apresentem pelo menos uma das seguintes características	Periodicidade e Escopo de Monitoramento
Operações que apresentem pelo menos uma das seguintes características: (i) Envolvam operações, realizadas em mercados regulamentados, relativas a imobiliário; (ii) Envolvam ativos de baixíssima liquidez negociados em mercados organizados; e (iii) Demais ativos e/ou operações que sejam classificados como “estruturados” que não estejam classificados como de “Alto Risco”.	A cada 12 (médio) meses as empresas Galapagos representada pela equipe de <i>compliance</i>/PLD deverão verificar a situação do ativo e realizar a atualização cadastral dos Agentes Envolvidos e levantamento dos demais documentos e informações obtidas quando da realização da operação.
Classificação: BAIXO RISCO	
Ativos e/ou operações que apresentem pelo menos uma das seguintes características	Periodicidade e Escopo de Monitoramento
Operações não listadas acima, tais como aquelas que exigem as empresas Galapagos de diligências adicionais.	A cada 24 (vinte e quatro) meses a área de compliance deverá verificar a situação do ativo e realizar a atualização cadastral dos Agentes Envolvidos e levantamento dos demais documentos e informações obtidas quando da realização da operação, salvo se as operações eximirem das empresas Galapagos diligências adicionais.

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

Após as providências iniciais quando da realização da negociação em relação ao Agentes Envolvidos, as empresas Galapagos realizarão, ainda, o monitoramento constante destes ativos e respectivos Agentes Envolvidos, sempre buscando pela manutenção da legitimidade, adequação e atualização cadastral. A equipe de gestão das empresas Galapagos e as Equipes de PLD destinarão especial atenção para aqueles ativos classificados como de “Alto Risco”, devendo monitorar continuamente e de maneira diferenciada a relação de negócio e as propostas apresentadas, bem como eventos extraordinários, principalmente os relacionados ao fluxo de pagamento dos Ativos.

5. Avaliação Interna de Risco no Âmbito das atividades da DTVM

Com o objetivo de aprimorar as regras e procedimentos internos inerentes à prevenção da utilização do sistema financeiro para a prática dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores e de financiamento do terrorismo no âmbito das atividades da DTVM, foram estabelecidos critérios para definição dos níveis de riscos relativos a clientes, terceiros, funcionários e colaboradores, produtos e serviços, operações e transações, bem como os riscos oriundos da própria DTVM.

Os clientes e parceiros e prestadores de serviços terceirizados (“Terceiros”) da DTVM, para efeito de análise de PLD/FT e risco de *compliance*, são classificados em quatro níveis:

- (i) Baixo;
- (ii) Médio;
- (iii) Alto; e
- (iv) Inaceitável.

Em se tratando de funcionários, colaboradores, operações, transações, produtos, serviços e a própria instituição, a classificação de risco é composta por 3 (três) níveis:

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

- (i) Baixo;
- (ii) Médio; e
- (iii) Alto.

Esta classificação visa a identificação diferenciada quanto ao risco de PLD/FT de acordo com (a) atividades; (b) ocupação; (c) CBO/CNAE; (d) localização; (e) características da movimentação; (f) cargo, função e área (em caso de funcionários); (g) relações e negócios da DTVM, tendo sido considerados os parâmetros descritos na Carta Circular BACEN 4001 e na Circular BACEN 3.978.

Ademais, são verificados os envolvimento em processos judiciais, listas restritivas e mídias relevantes divulgada por fonte confiável que contenham matéria com informações desabonadoras sobre o proponente e/ou cliente objeto da análise.

6. Comunicação

As empresas Galapagos Capital, no limite de suas atribuições, manterão registro e monitoramento de toda transação realizada pelos produtos sob gestão e pelos Clientes Diretos, conforme o caso, de forma a observar toda e qualquer atipicidade que configure indício ou mera suspeita de prática de LDFTP, nos termos desta Política, e a permitir:

- (i) As tempestivas comunicações ao COAF;
- (ii) A verificação da movimentação financeira de cada Cliente Direto, em face da situação patrimonial e financeira constante de seu cadastro, considerando: (i) os valores pagos a título de aplicação e resgate em cotas de classes; e (ii) as transferências em moeda corrente ou integralização em ativos financeiros para as contas dos Clientes Diretos; e
- (iii) A verificação de atipicidades nas operações em que as empresas Galapagos tenham conhecimento, independentemente da efetiva aquisição do ativo para

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

os produtos sob gestão, considerando: (i) os Agentes Envolvidos e suas partes relacionadas; (ii) a estrutura do ativo; e (iii) a existência de eventos extraordinários, principalmente, mas não limitado aos casos que acabem por afetar o fluxo de pagamento dos ativos.

A conclusão do tratamento dos alertas oriundos do monitoramento deverá ocorrer em até 45 (quarenta e cinco) dias da data da geração do alerta, ressalvado que referido prazo não se aplica às situações descritas no item 7.1 abaixo, as quais exigem atuação imediata pelas empresas Galapagos Capital.

Neste sentido, caso a respectiva Equipe de PLD, sob responsabilidade final do Diretor de PLD / do Comitê de Compliance, Risco e PLD], entendam pela existência da materialidade dos indícios existentes, será realizada a comunicação formal ao COAF, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da conclusão que, objetivamente, permita fazê-lo, todas as transações, ou propostas de transação, que possam ser consideradas como sérios indícios de crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores provenientes de infração penal, conforme disposto no artigo 1º da Lei 12.683/12, inclusive o terrorismo ou seu financiamento, ou com eles relacionar-se, em que: (i) se verifiquem características excepcionais no que se refere às partes envolvidas, forma de realização ou instrumentos utilizados; ou (ii) falte, objetivamente, fundamento econômico ou legal.

Observadas as disposições sobre intercâmbio de informações descritas no Guia Anbima, como regra, os Colaboradores devem guardar absoluto sigilo referente às comunicações efetuadas sobre LDFTP e em hipótese alguma podem revelar ou dar ciência do ocorrido a outras pessoas que não sejam aquelas das Equipes de PLD e, sobretudo, às pessoas com relação às quais se refira a informação. Não obstante, as Equipes de PLD deverão dar ciência das comunicações mencionadas acima à área responsável do administrador fiduciário dos fundos de investimento sob gestão das empresas Galapagos, nos termos do último parágrafo do item 4.6.1 acima.

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

Cada reporte deverá ser trabalhado individualmente e fundamentado da maneira mais detalhada possível, sendo que dele deverão constar, sempre que aplicável, as seguintes informações:

- (i) Data de início de relacionamento das empresas Galapagos com a pessoa autora ou envolvida na operação ou situação;
- (ii) A explicação fundamentada dos sinais de alerta identificados;
- (iii) A descrição e o detalhamento das características das operações realizadas;
- (iv) A apresentação das informações obtidas por meio das diligências previstas nesta Política, inclusive informando tratar-se, ou não, de PPE, e que detalhem o comportamento da pessoa comunicada; e
- (v) A conclusão da análise, incluindo o relato fundamentado que caracterize os sinais de alerta identificados como uma situação suspeita a ser comunicada para o COAF, contendo minimamente as informações definidas nos itens acima.

O simples reporte realizado pelas empresas Galapagos Capital, representada pela área de *compliance* não compõe de forma alguma isenção da adequada verificação da operação suspeita pelas Equipes de PLD, notadamente pelos respectiva Diretoria de PLD, que sempre deverão observar a diligência caso a caso, realizando, assim, comunicações que cumpram com o objetivo da regulamentação de LDFTP e colaborem com as atividades de fiscalização dos órgãos e entidades de regulação e autorregulação.

Todas as comunicações e documentos que fundamentaram a comunicação realizada ao COAF ou, conforme o caso, a decisão pela não realização da comunicação, deverão ser arquivados pelas empresas Galapagos Capital pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos contados da data do evento. Além disso, as empresas Galapagos se comprometem a observar a obrigação de confidencialidade acerca de tais

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

informações e documentos, restringindo o seu acesso, exclusivamente, aos Colaboradores envolvidos no processo de análise.

As empresas Galapagos e todas as pessoas físicas a ela vinculadas registradas junto à CVM, desde que não tenha sido prestada nenhuma comunicação acima ao COAF, devem comunicar à CVM, anualmente, até o último dia útil do mês de **abril**, por meio dos mecanismos estabelecidos no convênio celebrado entre a CVM e o COAF, a não ocorrência no ano civil anterior de situações, operações ou propostas de operações passíveis de serem comunicadas (**declaração negativa**).

As operações e situações suspeitas identificadas na Conta Internacional do Cliente Direto deverão ser reportadas ao FRA por meio do SAR (Suspicious Activity Report), seguindo as orientações da Autoridade local.

Em operações envolvendo clientes residentes no exterior, não é obrigatório o registro de CPF ou CNPJ, porém, em caso de pessoa física, devem ser registrados o nome, tipo e número do documento de viagem e respectivo país emissor e organismo internacional de que seja representante para o exercício de funções específicas no País.

Será de responsabilidade da Diretoria de PLD da Galapagos Capital as comunicações relativas às empresas descritas acima.

7. Políticas de Treinamento

O treinamento de PLDFTP abordará as informações contempladas na presente Política, conforme conteúdo programático a ser definido pelas respectivas Equipes de PLD da Galapagos Capital.

O treinamento de reciclagem dos Colaboradores será realizado ordinariamente a cada 12 (doze) meses, ou extraordinariamente, a critério da respectiva Equipe de PLD,

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

em periodicidade inferior, sendo obrigatório a todos os Colaboradores e aos prestadores de serviço habituais das empresas Galapagos. As Equipes de PLD deverão manter evidências da participação de todos os Colaboradores, sendo certo que tais comprovações permanecerão arquivadas pelas Equipes de PLD por, pelo menos, 5 (cinco) anos.

Quando do ingresso de um novo Colaborador, as Equipes de PLD aplicarão o devido treinamento de forma individual para o novo Colaborador em até 30 dias após a admissão, com carga horária média de 1 (uma) hora e periodicidade de renovação anual.

Os treinamentos abarcam:

- (i) O que é lavagem de dinheiro;
- (ii) Penalidades previstas em lei;
- (iii) Etapas da lavagem de dinheiro;
- (iv) Principais alvos da lavagem de dinheiro;
- (v) Financiamento do terrorismo;
- (vi) Sanções;
- (vii) Corrupção e suborno;
- (viii) Obrigações da instituição financeira e dos funcionários;
- (ix) Como é o processo KYC/ KYP/ KYE e os papéis do Compliance/PLD;
- (x) Classificação de risco;
- (xi) Papel do Estado e do Banco Central;
- (xii) Exemplos de operações suspeitas;
- (xiii) Comunicações ao COAF e ao FRA; e
- (xiv) Impactos da lavagem de dinheiro.

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

Além dos treinamentos, são realizadas ações e campanhas de divulgação sobre o tema, a fim de manter os Colaboradores cientes da relevância do papel e contribuição de cada um para a mitigação de risco de PLD/FT das Empresas Galapagos Capital.

Cabe ressaltar que a Equipe de PLD das Empresas Galapagos Capital é constantemente capacitada por meio de participação de cursos e fóruns externos.

8. Prevenção do Financiamento ao Terrorismo e do Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa

8.1. Conheça Seu Parceiro/Terceiro (“KYP”)

Visando prevenir a realização de negócios com contrapartes inidôneas e/ou suspeitas de envolvimento em atos ilícitos, são verificadas, de acordo com o perfil e propósito de relacionamento, as informações sobre o terceiro com o qual será o contrato pactuado, estabelecida alguma relação de negócio ou feita concessão de patrocínio, incluindo prestadores de serviços terceirizados. A área contratante ou responsável pelo relacionamento com o terceiro direciona à Equipe de PLD a demanda para que sejam realizadas as devidas análises.

Por meio do processo de KYP são feitas as verificações necessárias, com base nos critérios estabelecidos na **Norma de Avaliação Interna de Riscos LD/FT e Compliance** para que, com base nos resultados das pesquisas, seja atribuída ao terceiro/proponente a classificação de risco adequada.

São verificados processos junto aos tribunais, mídias desabonadoras e listas restritivas, a fim de apurar o possível envolvimento do terceiro/proponente em atos ilícitos.

O monitoramento de terceiros ocorre de forma contínua, onde são verificados processos judiciais, listas restritivas, situação do CNPJ junto à Receita Federal do Brasil

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

e mudança no CNAE principal. A atualização dos dados inerentes a terceiros ocorre periodicamente.

8.2. Identificação de Beneficiários

Para fins de identificação e fluxo cadastral, caracteriza-se como beneficiário final:

- (i) Pessoa que possui 25% (vinte e cinco por cento) ou mais do capital da entidade, direta ou indiretamente, conforme estabelecido no contrato social;
 - (ii) Representante, inclusive o procurador e o preposto, que exerça o comando de fato sobre as atividades da pessoa jurídica; ou
 - (iii) Pessoa que possui poder decisório e/ou papel fundamental nas decisões finais, respondendo pela estrutura empresarial.
- (iv) Para quaisquer empresas regidas por Estatuto Social, consideram-se beneficiários finais as seguintes pessoas naturais:
- Pessoas autorizadas a representar a pessoa jurídica;
 - Controladores;
 - Administradores; ou
 - Diretores ou presidentes.

Para fins de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo, como parte do processo de classificação de risco de LD/FT, independente do percentual de participação no quadro societário, todas as pessoas que o compõe serão analisadas pela Equipe de PLD, bem como seus representantes legais, procuradores e demais pessoas autorizadas a representar a pessoa jurídica.

8.3. Pessoas Expostas Politicamente ("PEP")

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

Em atendimento à Circular BACEN 3.978/20 que dispõe acerca dos procedimentos a serem observados para a qualificação e acompanhamento das movimentações financeiras de PEP e pessoas que possuam estreito relacionamento com PEP, são realizadas consultas em listas específicas para esse fim.

Em se tratando de cliente qualificado como PEP, ou que possua estreito relacionamento com PEP e que não se enquadre nos critérios de classificação de risco “muito alto”, conforme critérios estabelecidos na Norma de Avaliação Interna de Riscos de LD/FT, o início ou manutenção de relacionamento está previamente autorizado pela Diretoria de PLD.

Através do sistema de monitoramento, um acompanhamento contínuo é realizado a fim de identificar clientes que passaram a assumir a condição de PEP ou estreito colaborador (verificando, inclusive, representante e familiares).

8.4. Monitoramento Sistemático

As Empresas Galapagos Capital se comprometem a monitorar as listas obrigatórias divulgadas pelo CSNU³, GAFI⁴, CVM, inclusive, mas não limitadamente, o cadastro dos entes regulados, listas organizadas pela ONU (membros da Al-Qaeda), OFAC, OFSI e UE, e avaliará a necessidade de verificação de listas adicionais, tais como aquelas recomendadas pelos demais órgãos e entidades de regulação e autorregulação que tenham aplicabilidade ao mercado financeiro e de capitais brasileiro para a prevenção ao financiamento do terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa.

Adicionalmente as Equipes de PLD realizam consultas com o objetivo de identificar possível envolvimento do Cliente Direto com atividades de potencial risco à imagem

³ <https://www.un.org/securitycouncil/content/un-sc-consolidated-list>

⁴ [https://www.fatf-gafi.org/publications/high-risk-and-other-monitored-jurisdictions/?hf=10&b=0&s=desc\(fatf_releasedate\)](https://www.fatf-gafi.org/publications/high-risk-and-other-monitored-jurisdictions/?hf=10&b=0&s=desc(fatf_releasedate))

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

de todas as empresas Galapagos Capital, como atividades que incentivem a prostituição, utilizem mão de obra infantil, manutenção de trabalhadores em condições análogas às de escravo e crimes socioambientais.

Através do sistema de monitoramento, é realizado o acompanhamento contínuo a fim de identificar Clientes Diretos que passaram a constar na Lista de Transparência da Secretaria de Inspeção do Trabalho.

Por fim, a Diretoria de PLD das empresas Galapagos Capital são os encarregados em manter as práticas das empresas Galapagos atualizadas em relação às melhores práticas e à regulamentação vigente, inclusive com treinamentos periódicos que contemplem a observância dos Colaboradores quanto à prevenção ao financiamento ao terrorismo e ao financiamento da proliferação de armas de destruição em massa.

8.4.1. Cumprimento de Sanções Impostas por Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas

As empresas Galapagos Capital deverão identificar Clientes Diretos que sejam alcançados pelas determinações de indisponibilidade de ativos, nos termos das Leis nº 13.810, de 8 de março de 2019, e do artigo 27 da Resolução CVM 50, bem como deverá cumprir imediatamente, e sem aviso prévio aos eventuais Clientes Diretos eventualmente sancionados, as medidas estabelecidas nas resoluções sancionatórias do CSNU ou as designações de seus comitês de sanções que determinem a indisponibilidade de ativos de titularidade, direta ou indiretamente, de Clientes Diretos que eventualmente sofram as referidas sanções, sem prejuízo do dever de cumprir determinações judiciais de indisponibilidade, nos termos da regulamentação em vigor e nos limite das atribuições das empresas Galapagos.

No limite das suas atribuições, as empresas Galapagos Capital, por meio das suas respectivas Equipes de PLD, monitorarão, direta e permanentemente, as determinações de indisponibilidade mencionadas acima acompanhando para tanto

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

as informações divulgadas na página do CSNU na rede mundial de computadores. Para estes casos as providências deverão ser tomadas imediata e diretamente, sem qualquer avaliação ou classificação prévia de risco.

Neste sentido, as Equipes de PLD deverão, ainda:

- (i) Informar, sem demora, ao Ministério da Justiça e Segurança Pública (“MJSP”) e à CVM, a existência de pessoas e ativos sujeitos às determinações de indisponibilidade a que deixaram de dar o imediato cumprimento, justificando as razões para tanto;
- (ii) Comunicar imediatamente a indisponibilidade de ativos e as tentativas de sua transferência relacionadas aos Clientes Diretos sancionados ao MJSP, à CVM e ao COAF, observando as disposições do item 6 acima;
- (iii) Manter sob verificação a existência ou o surgimento, em seu âmbito, de ativos alcançados pelas determinações de indisponibilidade, para efeito de atribuir a tais ativos imediatamente, tão logo detectados, o regime de indisponibilidade;
- (iv) Proceder ao imediato levantamento da indisponibilidade de ativos, na hipótese de exclusão dos Clientes Diretos eventualmente sancionados das listas do CSNU ou de seus comitês de sanções; e
- (v) No âmbito de atuação da DTVM, envolver o BACEN nas comunicações previstas acima, por meio de comunicação via sistema BC Correio dirigida especificamente para pasta Deati/CSNU.

Por fim, caso as Empresas Galapagos Capital não sejam a responsáveis por qualquer das medidas a serem tomadas relativamente ao Cliente Direto em cumprimento ao disposto acima, deverá proceder prontamente com a notificação ao prestador de serviços responsável para tanto.

8.4.2. Registro de Operações

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

Todas as operações realizadas, bem como os produtos e serviços contratados, inclusive saques, depósitos, aportes, pagamentos, recebimentos e transferências de recursos, devem ser devidamente registrados pelas Empresas Galapagos Capital, contendo, no mínimo, as seguintes informações sobre cada operação:

- (i) Tipo;
- (ii) Valor, quando aplicável;
- (iii) Data de realização;
- (iv) Nome e CPF ou CNPJ do titular e do beneficiário da operação;
- (v) Código de identificação das instituições envolvidas na operação, provenientes do sistema de liquidação de pagamentos ou de transferência de fundos, quando aplicável.

Em operações envolvendo clientes residentes no exterior, não é obrigatório o registro de CPF ou CNPJ, porém, em caso de pessoa física, devem ser registrados o nome, tipo e número do documento de viagem e respectivo país emissor e organismo internacional de que seja representante para o exercício de funções específicas no País.

8.4.3. Regras e Parâmetros de Atuação na DTVM

Os eventuais conflitos de interesse decorrentes das atividades da DTVM são tratados por meio de transparência e segregação das funções desempenhadas. Ações para mitigação de conflitos são contempladas nas Regras e Parâmetros de Atuação, bem como na presente Política.

Conforme previsto nas Regras e Parâmetros de Atuação da Instituição, as pessoas vinculadas à DTVM só podem operar valores mobiliários por intermédio da mesma, havendo prioridade na execução das ordens de clientes de mesma natureza das de pessoas vinculadas.

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

Todos os colaboradores da DTVM estão obrigados a manter sigilo sobre as operações e serviços prestados, devendo guardar segredo sobre qualquer operação de seus clientes.

O acesso à Mesa de Operações e à Área de Custódia é restrito aos Colaboradores destas áreas, com exceção aos profissionais de apoio, como os responsáveis pela limpeza e manutenção. O controle de acessos se dá por meio de porta com controle biométrico.

É vedada a presença de clientes, em qualquer hipótese, nos ambientes da Mesa de Operações e da Custódia.

Todas as ordens de clientes são recepcionadas e executadas por profissionais especialmente capacitados e certificados para suas funções, e são registradas em sistema de controle de ordens (OMS), sendo certo que, nos casos de ordens conflitantes, haverá a preferência das ordens de clientes àquelas de pessoas vinculadas à DTVM.

9. Testes de Aderência e Indicadores de Efetividade no Âmbito das empresas Galapagos

Como forma de assegurar a efetividade desta Política, as empresas Galapagos Capital realizarão, anualmente ou em periodicidade menor, testes de aderência/eficácia das métricas e procedimentos aqui previstos, bem como a avaliação dos indicadores de efetividade das medidas adotadas, fazendo constar do Relatório Anual a respectiva conclusão.

Neste sentido, a Equipe de PLD das empresas Galapagos Capital realizarão a análise com base nos seguintes critérios e indicadores de eficiência, de forma conjunta:

Critérios Externos:

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

Análise de Correspondência: das operações que tenham sido objeto de notificações, autuações ou comunicados provenientes de autoridades públicas e/ou órgãos e entidades de regulação e autorregulação que constatem indícios de atipicidades para fins de PLDFTP, deverá ser definido em termos percentuais quantas foram objeto de avaliação prévia pelas empresas Galapagos em função de indício ou mera suspeita de prática de LDFTP.

Indicador de Eficácia	% de Correspondência
Alta	A partir de 80%
Adequada	De 50% a 80%
Moderada	De 30% a 50%
Baixa	De 0 a 30%

Análise de Adequação: das operações que tenham sido objeto de comunicação pelas empresas Galapagos Capital a autoridades públicas e/ou órgãos e entidades de regulação e autorregulação em função de indícios de atipicidades para fins de PLDFTP, deverá ser definido em termos percentuais quantas foram consideradas materialmente relevantes por tais autoridades *.

Indicador de Eficácia	% de Adequação
Alta	A partir de 80%
Adequada	De 50% a 80%
Moderada	De 30% a 50%
Baixa	De 0 a 30%

As empresas Galapagos Capital destacam que o critério de Análise de Adequação apenas levará em conta os dados públicos e/ou informações que as empresas Galapagos Capital tenham conhecimento, sendo, de qualquer forma, desconsiderados do cálculo do indicador de efetividade as comunicações realizadas pelas empresas Galapagos nos casos em que não haja manifestação formal por parte

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

das autoridades reconhecendo os indícios de materialidade da comunicação (ex.: instauração de procedimento administrativo, oferecimento de denúncia, condenações etc.).

Critérios Internos:

Análise de Treinamento: percentual dos Colaboradores que compareceram aos treinamentos das empresas Galapagos Capital em relação ao total do quadro de Colaboradores.

Indicador de Eficácia	% de Comparecimento Tempestivo
Alta	A partir de 80%
Adequada	De 50% a 80%
Moderada	De 30% a 50%
Baixa	De 0 a 30%

Análise de Rendimento: percentual correspondente à média total obtida pelos Colaboradores em eventuais testes relativos à PLDFTP aplicados pelas empresas Galapagos.

Indicador de Eficácia	% de Acertos
Alta	A partir de 80%
Adequada	De 50% a 80%
Moderada	De 30% a 50%
Baixa	De 0 a 30%

Análise de Obrigações Regulatórias: percentual das situações em que as empresas Galapagos tenham cumprido tempestivamente os prazos de detecção, análise e comunicações de atividades suspeitas previstos nesta Política.

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

Indicador de Eficácia	% de Tempestividade
Alta	A partir de 80%
Adequada	De 50% a 80%
Moderada	De 30% a 50%
Baixa	De 0 a 30%

Análise de Solicitações de ABR: percentual do efetivo recebimento pelas empresas Galapagos em resposta às suas solicitações de documentos e informações relativos aos procedimentos definidos nesta Política com base nas respectivas ABRs.

Indicador de Eficácia	% de Atendimento
Alta	A partir de 80%
Adequada	De 50% a 80%
Moderada	De 30% a 50%
Baixa	De 0 a 30%

Com base na análise conjunta dos indicadores de efetividade descritos nesta Política, as empresas Galapagos Capital avaliarão a necessidade de reavaliação dos critérios de ABR, bem como dos procedimentos e fluxos internos de detecção, análise e comunicação de operações e situações atípica, sendo certo que caso o resultado geral e/ou individual de cada indicador de efetividade seja considerado como moderado ou baixo, as empresas Galapagos necessariamente realizarão a reavaliação para fins de PLDFTP.

10. Avaliação de Efetividade no Âmbito das Atividades da DTVM

Visando garantir o devido cumprimento desta Política, dos procedimentos e controles internos citados na Circular BACEN 3.978, deve ser realizada anualmente a avaliação de efetividade, com **data-base de 31 de dezembro** ("Avaliação de Efetividade"),

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

sendo certo que, até 31 de março do ano seguinte ao da data-base, deverá ser emitido relatório acerca da avaliação realizada, o qual será encaminhado ao COMEX.

A avaliação de efetividade deve ocorrer a fim de verificar os seguintes itens:

- (i) Procedimentos destinados a conhecer clientes, incluindo a verificação e a validação das informações dos clientes e a adequação dos dados cadastrais;
- (ii) Procedimentos de monitoramento, seleção, análise e comunicação ao COAF, incluindo a avaliação de efetividades dos parâmetros de seleção de operações e de situações suspeitas;
- (iii) Governança da Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo;
- (iv) Medidas de desenvolvimento da cultura organizacional voltadas à prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo;
- (v) Programas de capacitação periódica de pessoal;
- (vi) Procedimentos destinados a conhecer os funcionários, parceiros e prestadores de serviços terceirizados; e
- (vii) Ações de regularização dos apontamentos oriundos da auditoria interna e da supervisão do BACEN.

Além disso, a da Avaliação de Efetividade deve conter informações que descreva:

- (i) A metodologia adotada na avaliação;
- (ii) Os testes aplicados;
- (iii) A qualificação dos avaliadores; e
- (iv) As deficiências identificadas.

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

Os testes periódicos serão realizados pela área de Controles Internos e pela Equipe de PLD, de acordo com os prazos previstos na regulamentação e conforme exigências destacadas na avaliação de efetividade.

11. Relatório Anual

A Diretoria de PLD das empresas Galapagos emitirão relatório **anual** relativo à avaliação interna de risco de LDFTP, e encaminharão para a Alta Administração, até o último dia útil do mês de **abril** de cada ano ("Relatório de PLDFTP"), com informações relativas ao ano anterior, contendo, conforme aplicável:

- (a) Todos os Serviços Prestados, Produtos Oferecidos, Canais de Distribuição, Clientes Diretos, Prestadores de Serviços, Agentes Envolvidos e Ambientes de Negociação e Registro em que cada uma das empresas Galapagos atuou, segmentando-os em baixo, médio e alto risco de LDFTP, conforme classificação prevista nesta Política;
- (b) A identificação e a análise das situações de risco de LDFTP, considerando as respectivas ameaças, vulnerabilidades e consequências;
- (c) Se aplicável, a análise da atuação das corretoras de títulos e valores mobiliários e/ou intermediários contratados para a realização de operações para as carteiras;
- (d) Tabela relativa ao ano anterior, contendo:
 - i. O número consolidado das operações e situações atípicas detectadas, segregadas por cada hipótese, nos termos do art. 20 da Resolução CVM 50;
 - ii. O número de análises de operações e situações atípicas que podem configurar indícios de LDFTP, nos termos do art. 21 da Resolução CVM 50;
 - iii. O número de comunicações de operações suspeitas reportadas para o COAF, conforme disposto no art. 22 da Resolução CVM 50; e
 - iv. A data do reporte da declaração negativa de ocorrência de situações, operações ou propostas de operações passíveis de serem comunicadas, se

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

for o caso, conforme disposto no art. 23 da Resolução CVM 50.

- (e) As medidas adotadas para o tratamento e mitigação dos riscos identificados para continuamente conhecer os Clientes Diretos ativos, os Colaboradores e os prestadores de serviços relevantes, em atendimento ao disposto nas alíneas “b” e “c” do inciso II do art. 4º da Resolução CVM 50;
- (f) A apresentação dos indicadores de efetividade da presente Política;
- (g) A apresentação, caso aplicável, de recomendações visando mitigar os riscos identificados do exercício anterior que ainda não foram devidamente tratados, contendo:
 - i. Possíveis alterações nas diretrizes previstas na presente Política; e
 - ii. Aprimoramento das regras, procedimentos e controles internos previstos na presente Política, com o estabelecimento de cronogramas de saneamento.
- (k) A indicação da efetividade das recomendações adotadas referidas no item “(g)” acima em relação ao relatório respectivamente anterior, de acordo com a metodologia para tratamento e mitigação dos riscos identificados, registrando de forma individualizada os resultados.

O Relatório de PLDFTP ficará à disposição da CVM e, se for o caso, da entidade autorreguladora, na sede das empresas Galapagos.

Adicionalmente, o Relatório de LDFTP poderá ser elaborado em documento único ou compor o relatório a que se refere o artigo 25 da Resolução CVM 21, observadas as exigências da regulamentação aplicável.

12. Histórico de Atualizações

A presente Política deverá ser revista, no mínimo, a cada 12 (doze) meses, levando-se em consideração, dentre outras questões, mudanças regulatórias ou eventuais deficiências encontradas. Esta Política poderá ser também revista a qualquer

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

momento, sempre que a Diretoria de PLD ou a Alta Administração entenderem necessário.

Histórico das atualizações		
Data	Versão	Responsável
Janeiro de 2024	1ª	Alta Administração e Diretoria de PLD das empresas Galapagos
Dezembro de 2024	2ª e Atual	Alta Administração e Diretoria de PLD das empresas Galapagos

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

ANEXO I

TERMO DE RECEBIMENTO E COMPROMISSO

Por meio deste instrumento eu, _____, inscrito no CPF/MF sob o nº ____-____-____, DECLARO para os devidos fins:

- (i) Ter recebido, na presente data, a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destruição em Massa - PLDFTP e de Cadastro ("Política") da **Galapagos Capital Investimentos e Participações Ltda.**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 32.706.879/0001-88 ("Galapagos AM"), pela **Galapagos Wealth Management Gestão de Investimentos Ltda.** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.438.570/0001-84 ("Galapagos WM"), pela **Galapagos Investments Solutions Ltda.** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.158.123/0001-37 ("Galapagos IS", e, em conjunto com a Galapagos AM, Galapagos WM e Galapagos IS, "Gestoras"), e **Galapagos Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários** ("DTVM" e, em conjunto com as Gestoras, "Empresas Galapagos Capital");
- (ii) Ter lido, sanado todas as minhas dúvidas e entendido integralmente as disposições constantes na Política, incluindo as possíveis sanções decorrentes de condutas contrárias à regulamentação e as responsabilizações daí advindas;
- (iii) Estar ciente de que a Política como um todo passa a fazer parte dos meus deveres como Colaborador, incorporando-se às demais regras internas adotadas pelas Gestoras; e
- (iv) Estar ciente do meu compromisso de comunicar ao Diretor de PLD da Gestora na qual presto atividades e Alta Administração, conforme definido na Política, qualquer situação que chegue ao meu conhecimento que esteja em desacordo com as regras descritas nesta Política.

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

São Paulo, [=] de [=] de [=]

[COLABORADOR]

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

ANEXO II

DOCUMENTOS CADASTRAIS

As Gestoras efetuam o cadastro de seus Clientes Diretos, Prestadores de Serviços dos Produtos e Agentes Envolvidos, conforme aplicável, mediante o preenchimento de ficha cadastral, que contém as informações mínimas exigidas pela Resolução CVM 50, e quaisquer outras julgadas relevantes pela Diretoria de PLD das Gestoras.

Para o processo de cadastro, as empresas Galapagos, ainda, os seguintes documentos:

(a) Se Pessoa Natural:

- (i) documento de identidade;
- (ii) comprovante de residência ou domicílio;
- (iii) procuração, se for o caso;
- (iv) documento de identidade do procurador e respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF/MF, se for o caso; e
- (v) cartão de assinatura datado e assinado.

(b) Se Pessoa Jurídica ou similar:

- (i) cópia do cartão de inscrição no CNPJ/MF;
- (ii) documento de constituição da pessoa jurídica devidamente atualizado e registrado no órgão competente;
- (iii) atos societários que indiquem os administradores da pessoa jurídica, se for o caso;
- (iv) documento de identidade dos administradores da pessoa jurídica;

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

- (v) documentação relacionada à abertura da cadeia societária da empresa até o nível dos beneficiários finais, providenciando, para tanto, os documentos de identidade descritos na alínea "(a)" acima para cada beneficiário final identificado;
- (vi) procuração, se for o caso;
- (vii) documento de identidade do procurador e respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF/MF, se for o caso;
- (viii) cartão de assinaturas datado e assinado pelos representantes legais da pessoa jurídica; e
- (ix) cópia do comprovante de endereço da sede da pessoa jurídica.

(c) Se Investidores Não Residentes:

Além do descrito acima, deverá conter, adicionalmente:

- (vi) os nomes e respectivos CPF/MF das pessoas naturais autorizadas a emitir ordens e, conforme o caso, dos administradores da instituição ou responsáveis pela administração da carteira;
- (vii) os nomes e respectivos números de CPF/MF dos representantes legais e do responsável pela custódia dos seus valores mobiliários;
- (viii) documento de identidade dos administradores e dos representantes legais do investidor não-residente;
- (ix) procuração(ões) nomeando as pessoas naturais designadas como representantes legais do investidor; e
- (x) documentação relacionada à abertura da cadeia societária do Investidor Não Residente que não seja pessoa natural até o nível dos beneficiários finais, providenciando, para tanto, os documentos de identidade descritos na alínea "(a)" acima para cada beneficiário final identificado.

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

(d) Se Pessoa Jurídica com valores mobiliários de sua emissão admitidos à negociação em mercado organizado

- (i) denominação ou razão social;
- (ii) nomes e número do CPF/MF de seus administradores;
- (iii) inscrição no CNPJ/MF;
- (iv) endereço completo (logradouro, complemento, bairro, cidade, unidade da federação e CEP);
- (v) número de telefone;
- (vi) endereço eletrônico para correspondência;
- (vii) datas das atualizações do cadastro; e
- (viii) concordância do cliente com as informações.

(e) Se Classes de Fundos de Investimento Registrados na CVM

- (i) a denominação;
- (ii) inscrição no CNPJ;
- (iii) identificação completa do seu administrador fiduciário e do seu gestor, nos termos acima, conforme aplicável; e
- (iv) datas das atualizações do cadastro;

(f) Nas demais hipóteses

- (i) a identificação completa dos clientes, nos termos das alíneas "a", "b", "d" e "e" acima, no que couber;
- (ii) a identificação completa de seus representantes e administradores, conforme aplicável;
- (iii) informações atualizadas sobre a situação financeira e patrimonial;

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

- (iv) informações sobre perfil do cliente, conforme regulamentação específica que dispõe sobre dever de verificação da adequação dos produtos, serviços e operações ao perfil do cliente, quando aplicável;
- (v) se o cliente opera por conta de terceiros, no caso dos administradores de fundos de investimento e de carteiras administradas;
- (vi) datas das atualizações do cadastro; e
- (vii) assinatura do cliente.

(g) Se Pessoa Politicamente Exposta ("PPE"):

Em análise da legislação aplicável ao caso de PPE, extrai-se o entendimento de que a conduta do gestor de recursos deve ser pautada em um procedimento interno objetivo que tenha como escopo uma análise cautelosa e de gestão contínua de monitoramento de risco acerca: (a) das informações de cadastro da PPE; (b) dos documentos pessoais da PPE; (c) dos documentos sociais das empresas e dos veículos de investimento que a PPE tenha influência relevante; e (d) dos contratos, termos e demais documentos relativos aos ativos que o gestor de recursos pretenda adquirir para a carteira da classe.

Portanto, a Gestora realizará uma análise com base em seu procedimento interno, com a adicional atenção da peculiaridade da operação, em verificações que serão realizadas caso a caso. Não obstante, como forma de tornar tal procedimento mais objetivo, a Gestora realizará a coleta dos dados e documentos conforme indicado nesta alínea "(d)", no que for possível, englobando, assim, as informações referentes a PPE, seus parentes, em linha direta, até o 2º grau, cônjuge ou companheiro, enteado, sócios, estreitos colaboradores, as empresas em que estes participam, fundos, demais estruturas de investimentos utilizados na aquisição, distribuição, intermediação e outras operações com os ativos e investimentos de interesse da Gestora e as sociedades que possuam PPE em seu quadro de colaboradores e/ou societário. A informação de enquadramento de PPE e, caso aplicável, as diligências

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

aqui previstas, também se aplicam aos eventuais procuradores.

Adicionalmente, no âmbito das operações ativas da Gestora e avaliação dos Agentes Envolvidos, no que cabe aos ativos e operações com participação de PPE, a Gestora deverá receber as informações acerca da relação da PPE com a eventual operação ou ativo específico e com as partes relevantes envolvidas na emissão, distribuição, comercialização e circulação do ativo. Nestes casos, os principais pontos de preocupação da análise serão focados nas empresas emissoras e garantidoras do ativo, seus sócios e demais partes relacionadas, sem prejuízo das demais providências elencadas no item 4.6 da Política, conforme o caso.

Desta forma, além do descrito nas alíneas anteriores, a Gestora deverá solicitar também:

- (i) os nomes e respectivos CPF/MF dos parentes em linha direta até o 2º (segundo) grau, cônjuge ou companheiro, enteado, sócios e estreitos colaboradores;
- (ii) a identificação das sociedades e outras estruturas de investimentos que participe, com a adicional identificação dos nomes e respectivos CPF/MF das pessoas que componham o quadro de colaboradores e/ou societário destas sociedades e estruturas de investimento;
- (iii) o documento de comprovação de vínculo como PPE;
- (iv) cópia do IRPF dos últimos 5 anos; e
- (v) comprovante de origem dos recursos investidos.

Declarações Adicionais

Do cadastro deverá constar declaração, datada e assinada pelo Cliente Direto ou Agente Envolvido ou, se for o caso, por procurador legalmente constituído prevendo:

INTERNO

COMPLIANCE E GESTÃO DE RISCOS

GALAPAGOS CAPITAL

- (a) que são verdadeiras as informações fornecidas para o preenchimento do cadastro;
- (b) que o Cliente se compromete a informar, no prazo de até 10 (dez) dias, quaisquer alterações que vierem a ocorrer nos seus dados cadastrais, inclusive em relação a alteração de seus beneficiários finais e/ou eventual revogação de mandato, caso exista procurador;
- (c) que o Cliente é pessoa vinculada às Gestoras, se for o caso; e
- (d) que o Cliente não está impedido de operar no mercado de valores mobiliários.

A Gestora poderá adotar mecanismos alternativos de cadastro e verificação das informações prestadas pelos clientes, observados os requisitos e objetivos da regulamentação de PLDFTP.

Galápagos _ Políticas de PLDFT _ FINAL.pdf

Documento número #3dff9c48-4875-4b2c-8ee7-2554814af55a

Hash do documento original (SHA256): 0d886136be0ed3e38a0ced6d1d0e0ee0fbd9550c8af3a397c8ac8eb595729a63

Assinaturas



Jessica Fiuza de Castro

CPF: 296.836.918-03

Assinou para aprovar em 07 fev 2025 às 11:32:52

Log

- 06 fev 2025, 18:32:17 Operador com email cleide.favero@galapagoscapiatal.com na Conta e8a24226-9940-49c2-b99e-54a1c1ce42e6 criou este documento número 3dff9c48-4875-4b2c-8ee7-2554814af55a. Data limite para assinatura do documento: 08 de março de 2025 (18:32). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.
- 06 fev 2025, 18:42:15 Operador com email cleide.favero@galapagoscapiatal.com na Conta e8a24226-9940-49c2-b99e-54a1c1ce42e6 adicionou à Lista de Assinatura: jessica.castro@galapagoscapiatal.com para assinar para aprovar, via E-mail.
- Pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Jessica Fiuza de Castro e CPF 296.836.918-03.
- 07 fev 2025, 11:32:52 Jessica Fiuza de Castro assinou para aprovar. Pontos de autenticação: Token via E-mail jessica.castro@galapagoscapiatal.com. CPF informado: 296.836.918-03. IP: 179.191.119.74. Localização compartilhada pelo dispositivo eletrônico: latitude -23.571954 e longitude -46.692166. URL para abrir a localização no mapa: <https://app.clicksign.com/location>. Componente de assinatura versão 1.1117.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 07 fev 2025, 11:32:53 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 3dff9c48-4875-4b2c-8ee7-2554814af55a.



Documento assinado com validade jurídica.

Para conferir a validade, acesse <https://www.clicksign.com/validador> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 3dff9c48-4875-4b2c-8ee7-2554814af55a, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.